

TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO
na cidade ribeirinha de Afuá-PA:



uma proposta de intervenção urbana para orla

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JACY SOARES CORRÊA NETO

TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE RIBEIRINHA DE AFUÁ-PA:
uma proposta de intervenção urbana para orla

SANTANA/AP
2015

JACY SOARES CORRÊA NETO

**TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE RIBEIRINHA DE AFUÁ-PA:
uma proposta de intervenção urbana para orla**

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Amapá, como quesito para obtenção do título de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Projeto urbano.

Orientador: Prof. Msc. José Marcelo Medeiros.

SANTANA/AP
2015

JACY SOARES CORRÊA NETO

**TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE RIBEIRINHA DE AFUÁ-PA:
uma proposta de intervenção urbana para orla**

Relatório final, apresentado a
Universidade Federal do Amapá, como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Santana, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. José Marcelo Martins Medeiros

Prof. Dr. Jodival Mauricio da Costa

Prof. MSc. Elizeu Corrêa dos Santos

*Nenhum homem pode
atravessar o mesmo rio duas vezes, porque
nem o homem nem o rio são os mesmos.*

Heráclito

RESUMO

A urbanização das cidades da Amazônia Brasileira exhibe sua complexidade mediante distintas transformações espaciais. A diferenciação dos territórios, nesse sentido, é imprescindível na compreensão dos fenômenos urbanos contemporâneos e na tentativa de apreensão do cotidiano das cidades. Nessa conjuntura, esta pesquisa abordou o espaço público da cidade ribeirinha de Afuá, situada no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará, na Amazônia brasileira e tratou das noções e conceitos de Território como subsídio de análises acerca da orla, constituída como o principal espaço público da cidade. Caracterizada por sua peculiar apropriação do território, Afuá possui uma arquitetura vernacular ribeirinha e estruturação urbana sobre palafitas. O objetivo desta pesquisa consistiu na obtenção de novos dados que contribuam com o desenvolvimento científico e urbano da cidade de Afuá, assim como da realidade urbana das pequenas cidades amazônicas. A metodologia empregada tange ao método dialético, as pesquisas realizadas possuem caráter quantitativo e qualitativo mediante a aplicação de questionários, referências bibliográficas e levantamento de campo (técnicas de mapeamento do uso do solo, registros fotográficos e coleta de dados). Posteriormente, realizaram-se análises físicas, urbanas e socioterritoriais da orla da cidade, a fim de obter um panorama referente ao processo de territorialização da mesma. Em seguida, elaborou-se uma proposta projetual de intervenção urbana a nível de projeto básico com base nos estudos realizados.

Palavras-chave: urbanização na Amazônia; territorialização dos espaços públicos; cidade ribeirinha; orla;

ABSTRACT

The urbanization of the Brazilian Amazon cities displays its complexity by distinct spatial transformations. The differentiation of the territories, in this sense, it is fundamental in the understanding of the contemporary urban phenomena and attempt to grasp the everyday life of cities. At this juncture, this study addressed the public space of the riparian town of Afuá, located in the archipelago of Marajó, State of Pará, in the Brazilian Amazon and dealt with the notions and concepts of Territory to analyze the waterfront, formed as the main public space the city. Characterized by its peculiar appropriation of territory, Afuá has a riparian vernacular architecture and urban structure on stilts. The objective of this research was to obtain new data that contribute to the scientific and urban development of the city of Afuá, as well as the urban reality of small Amazon cities. The methodology regarding the dialectical method, the research conducted have quantitative and qualitative by applying questionnaires, references and field survey (land use mapping techniques, photographic records and data collection). Subsequently, were made physical, urban and socio-territorial analyzes of the waterfront, in order to get an overview regarding the territorialisation process from this. Then, it was elaborated a proposal of urban intervention design of at the level of basic design based on studies made.

Keywords: Urbanization in Amazon; territorialisation of the public spaces; riparian city; waterfront;

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO.....	7
II	OBJETIVOS.....	7
III	JUSTIFICATIVA.....	8
IV	PROBLEMA.....	9
V	METODOLOGIA.....	9
VI	ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	10
1.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
1.1.	ABORDAGENS SOBRE TERRITÓRIO.....	11
1.2.	APROXIMAÇÕES SOBRE ESPAÇO PÚBLICO.....	16
1.3.	DINÂMICA URBANA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	20
1.4.	CONFIGURAÇÃO URBANA NA CIDADE DE AFUÁ-PA.....	22
2.	REFERENCIAL ANALÍTICO.....	27
2.1.	PROJETOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS.....	27
2.2.	PROJETOS URBANOS EM ORLAS NO CONTEXTO MUNDIAL.....	27
2.2.1.	Red Ribbon Park.....	27
2.2.2.	New Waterfront of Thessaloniki.....	29
2.2.3.	Revitalização do Rio Cheong Qye Cheon.....	31
2.3.	PROJETOS URBANOS EM ORLA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	34
2.3.1.	Projeto Orla Viva.....	34
2.3.2.	Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté.....	35
2.3.3.	Calçadão Asa Norte.....	37
2.4.	PROJETOS URBANOS EM ORLA NO CONTEXTO NORTISTA.....	38

2.4.1.	Parque Naturalístico Mangal das Garças, Belém-PA.....	38
2.4.2.	Projeto do Mercado Ver-o-peso, a feira livre.....	38
2.4.3.	Orla Taumanan.....	41
2.5.	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROJETOS URBANOS EM ORLAS.....	44
3.	ANÁLISE DO SÍTIO E DIAGNÓSTICO.....	45
3.1.	ASPECTOS FÍSICOS.....	46
3.1.1.	Clima, Orientação solar e ventilação.....	46
3.1.2.	Relevo, caracterização do solo e hidrografia.....	46
3.2.	ASPECTOS URBANOS.....	47
3.2.1.	Evolução e expansão urbana.....	49
3.2.2.	Morfologia urbana.....	49
3.2.3.	Uso do Solo.....	53
3.2.4.	Conectividade viária.....	54
3.2.5.	Tipo de arruamento.....	56
3.2.6	Infraestrutura da orla como espaço público.....	57
3.3.	ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS DA ORLA DE AFUÁ COMO ESPAÇO PÚBLICO.....	59
3.3.1.	Territorialidades reveladas: percepção do território da orla.....	67
3.3.1.1.	<i>O território do cotidiano: entrevistas com a população.....</i>	67
3.3.1.2.	<i>O território das trocas: formalidade x informalidade na economia da orla.....</i>	67
3.3.1.3.	<i>O território de referência: pontos nodais, marcos visuais, visão serial e mapas de território referência na orla.....</i>	69
3.3.1.4.	<i>O território sagrado: a simbologia das festividades e lendas.....</i>	72

4.	PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA.....	77
4.1.	PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	77
4.2.	PLANO CONCEITUAL.....	77
4.3.	PRE-DIMENSIONAMENTO.....	78
4.4.	PARTIDO.....	79
4.5.	ESTUDO PRELIMINAR.....	84
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	89
	APÊNDICE A.....	95
	APÊNDICE B.....	98
	ANEXO A.....	100

I. INTRODUÇÃO

Estudos acerca do processo de urbanização brasileiro desmistificam a noção de que a Amazônia expõe-se apenas como floresta. Esta região rica em biodiversidade, também é palco de tramas urbanas, o que exprime também a condição de urbano a este espaço, tal qual é evidenciado pelas cidades que o compõem. As redes urbanas das cidades amazônicas tornam-se cada vez mais presentes na discussão sobre o espaço urbano, o que permite a criação e formulação de estudos a fim de analisar os problemas urbanos, assim como, das potencialidades e peculiaridades decorrentes das relações sociais neste território (BECKER, 2005).

A urbanização brasileira, caracteriza-se pelo processo acelerado e tardio da transformação dos espaços urbanos (SANTOS, 1993). De modo peculiar, na Amazônia os grandes projetos aliados à intervenção do Estado nas formulações de políticas estatais de incentivo à produção e ocupação relacionados às grandes empresas, foram responsáveis pelo crescimento demasiado, formação e urbanização de várias cidades amazônicas (PORTO, 2007).

O conseqüente adensamento urbano ocasionado pelo crescimento das cidades coloca em evidência a carência de infraestrutura nestas, principalmente em espaços que promovem a interação da população e das forças sociais presentes nos mesmos, tais quais são denominados de espaços públicos. Nessa conjuntura, os espaços públicos no mundo contemporâneo e as discussões derivadas deste tema, têm se tornado grandes desafios para o planejamento urbano e as ciências afins.

Nesse contexto, o objeto de estudo pesquisado tange aos espaços públicos da cidade ribeirinha de Afuá, município do Estado do Pará, localizado no Arquipélago do Marajó. Esta cidade que tem suas origens ligadas ao período colonial e forte relação com o rio, contudo, vem demonstrando considerável crescimento demográfico e urbano.

II. OBJETIVOS

- GERAL:

- Analisar o espaço e território urbano da referida cidade, com ênfase nos espaços públicos, especificamente na orla, aliada a realização de uma proposta de intervenção urbana para a mesma, no que tange à melhoria dos espaços públicos a nível de projeto básico.

- **ESPECÍFICOS:**

- Promover a obtenção de novos dados que contribuam com a pesquisa científica acerca da cidade de Afuá e da configuração das pequenas cidades amazônicas;

- Criar diagramas e mapas temáticos, que visem contribuir com o desenvolvimento urbano da cidade.

- Realizar uma proposta projetual de intervenção urbana para orla da cidade de Afuá a nível de projeto básico.

III. JUSTIFICATIVA

O crescimento demográfico e urbano das cidades da Amazônia brasileira, segundo Porto (2007) a nível regional cresceu de 37,4% para 69,9% entre os anos de 1960 a 2000. A urbanização acelerada decorrente desse período promoveu uma urbanização precária e sem precedentes na maioria dos casos, fato que implica diretamente na qualidade dos espaços que compõem os centros urbanos. Dessa forma, a infraestrutura inadequada e a precariedade física destes espaços, dificultam a qualidade de vida população, tanto nas atividades relacionadas ao trabalho como ao lazer e recreação.

Em função disso, o tema recebe devida relevância quando se considera que os modelos de cidades ribeirinhas – cita-se a condição/relação rio-várzea-cidade - constituem-se uma parcela importante de cidades que formam a rede urbana dentrítica da Amazônia, no sentido de que possibilitam relações socioespaciais e o conhecimento das territorialidades da região. Haja vista, que no contexto de rede dentrítica e inserção regional, Afuá é bem mais dependente das relações sociais e econômicas com a capital do Estado do Amapá, Macapá, do que com o Estado do Pará, ao qual faz parte como município. Outro fator tange à importância dos espaços públicos em contraste com o adensamento urbano e a melhoria de qualidade de vida urbana, tais quais funcionam como intermediadores das tensões urbanas, colaboram para a construção e apropriação do espaço por meio do atendimento à necessidades dos habitantes da cidade.

Neste contexto, a orla como espaço público na cidade de Afuá, no Arquipélago do Marajó no Pará, necessita de estudos acerca de sua configuração urbana. Em função de não possuir infraestrutura adequada seja em termos portuários, como em espaços de lazer e recreação, etc. Nessa conjuntura, se faz necessário a realização de estudos que subsidiem

intervenções urbanas que promovam melhorias ao espaço que intermedia a dinâmica fluvial e o cotidiano da cidade de Afuá.

IV. PROBLEMA

Por meio da abordagem proposta, surge a problemática relacionada aos espaços públicos de Afuá, tangencial à análises acerca destes espaços, se cumprem suas funções em sua totalidade ou se necessitam de infraestrutura e projetos adequados para a melhoria de suas funções na cidade, especificamente no se trata do espaço público da orla cidade.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a orla da cidade não supre as necessidades da população no que tange à infraestrutura adequada aos habitantes, o que nos leva a elaboração de estudos sobre sua configuração, seguidos de propostas de urbanas participativas das áreas que necessitam ser melhoradas.

V. METODOLOGIA

- **Método:**

- Optou-se pela adoção do método dialético, em função dos estudos e teorias existentes na bibliografia acerca da problemática. Este método possibilita a apreensão e compreensão da realidade, mediante a contraposição de noções e conceitos a fim de explicar os fenômenos sociais.

- **Tipo de Pesquisa:**

- Bibliográfica, por meio do levantamento bibliográfico, baseado em informações referendadas em livros, artigos e periódicos eletrônicos acerca das problemáticas envolvidas.

- Qualitativa, obtida por meio da aplicação de questionários com a comunidade.

- Quantitativa, por meio da transformação da obtenção dados coletados através de questionários e tratamentos estatísticos, desenvolvimento de mapas temáticos (análise de sítio/diagnóstico), plano conceitual, partido, estudo preliminar e anteprojeto.

- De campo, por meio da coleta de dados *in loco*, tais como levantamentos fotográficos, em órgãos institucionais e gestores do município, além de informações obtidas por meio de questionários com a população.

- **Técnicas utilizadas:**

- Mapeamento do uso do solo de trechos da orla da cidade;
- Registros fotográficos;
- Coleta de dados por meio de questionários;

VI. ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

A referida monografia divide-se em quatro capítulos, dentre os quais estruturam-se da seguinte forma:

Capítulo 1 – apresenta o referencial teórico, que discursa sobre aproximações teóricas em que o trabalho foi estruturado. Buscou-se principalmente na Geografia as noções e conceitos sobre território e espaço público, assim como sobre a problemática urbana na Amazônia brasileira e na cidade de Afuá.

Capítulo 2 – expõe o referencial analítico que apresenta diferentes projetos de espaços públicos em orlas. Neste capítulo, exhibe-se um breve panorama destas intervenções em diferentes escalas (mundial, nacional e regional), que permite a argumentação sobre a realidade prática destes projetos com o aporte teórico fornecido. Igualmente, estes projetos serviram de inspiração para elaboração do projeto urbano proposto neste trabalho.

Capítulo 3 – caracteriza-se pela análise do sítio e diagnóstico, embasado em três aspectos principais: físicos, urbanos e socioterritoriais.

Capítulo 4 – exhibe o processo de construção e evolução de ideias da proposta de intervenção urbana a nível de projeto urbano básico com base nos estudos realizados.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. ABORDAGENS SOBRE O TERRITÓRIO

Cidadãos do mundo que deveríamos ser todos. Para recriar o futuro, com os alicerces de um passado que não se esvai, mas é constantemente recriado, com nossa aldeia da memória - e o respeito por aqueles que preferiram (e tiveram a opção) de permanecer nas suas pequenas-grandes aldeias-territórios de sobrevivência e do aconchego cotidianos. (HAESBAERT, 2009, p. 16)

É indubitável pensar que o mundo ao qual (des)conhecemos torna-se a cada dia mais urbano. As transformações nele ocorridas são decorrentes cada vez mais de sua complexidade, das tramas resultantes das diversas apropriações mediante as relações sociais no espaço, dentre as quais criam e recriam formas e representações ao qual chamamos de Cidade.

O espaço geográfico, ao qual logicamente as cidades também fazem parte, possui destaque em Santos (2006, p. 39) como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de **sistemas de objetos e sistemas de ações**, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (grifo nosso)”. Para este autor, esses sistemas interagem entre si e em função dessa interação o espaço se dinamiza e/ou é dinamizado e, conseqüentemente, se transforma. Isto ocorre tanto pela maneira como “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (Id., 2006, p. 39).

Por sua vez Raffestin (1993), aborda o espaço numa perspectiva propínqua da materialidade, para este autor, o espaço é tido como a “prisão original” dos homens e mulheres, portanto, um ente predecessor ao território, ao qual os mesmos modificam fisicamente para seu usufruto.

Estas abordagens de espaço se diferenciam em função das diversas apropriações fundamentadas na qualidade das relações socioespaciais. Neste breve discurso sobre espaço, atribui-se ênfase à caracterização do *urbano* para posteriormente, dialogar sobre o território. Nesse sentido, Corrêa (1989, p.7) afirma que a diferenciação de espaço urbano se dá em decorrência de um complexo “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”, dentre os quais são responsáveis pela definição das atividades nas cidades, sejam estas comerciais, industriais, residenciais, de lazer, entre outras.

Partindo da análise de que o espaço urbano é detentor de uma complexidade sem igual, Carlos (2007, p.11) nos mostra que este se revela como “condição, meio e produto da

ação humana”, tais quais são determinadas pelos usos no decorrer do tempo. Sendo assim, as cidades consistem em produtos diretos da ação dos homens e das mulheres, por meio das formas e das apropriações nelas efetivadas. Santos (1988) encara a cidade como um jogo de cartas, um jogo em que as intencionalidades e o poder sempre estão presentes, enquanto que para Harvey (2005), as cidades –representações do espaço urbano – constituem o *locus* predominante das lutas de classes sociais. Ramalho (2004) em seu discurso sobre Cidade, afirma que esta,

(...) tem sempre um antes e um após que somos nós. Partes vão desaparecendo como na cidade ora irreversível, ora como uma incrível capacidade regenerativa, (...) a cidade nunca existiu porque nada existe onde governa o efêmero, o etéreo. Sítio este a que chamamos de cidade é o lugar de símbolos, múltiplos, codificados, irreconhecíveis(...) falar da cidade é dizer de nós mesmos e da nossa condição, tudo se torna árduo quando escrevemos, criamos ou filmamos cidades. Porque a condição urbana é condição humana (RAMALHO, 2004, p. 14).

De acordo com Corrêa (1989, p. 7) esse espaço urbano “é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável”. Carlos (2007, p. 11) por sua vez, também enfatiza a inter-relação entre as relações sociais e espaciais, no qual argumenta que “as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais”. De fato, a concretude dessas relações é evidenciada através das atividades práticas da sociedade, construídas no fazer social: o cotidiano (CARLOS, 2007; CORRÊA, 1989).

Nesse contexto em que a complexidade e a contradição se fazem presentes, trabalhou-se com análises baseadas na multiescalaridade, na tentativa de uma melhor aproximação discursiva ao objeto de estudo, que são os espaços livres públicos da cidade ribeirinha de Afuá. Nessa conjuntura, discute-se de forma breve dois conceitos gerais de espaço, em seguida, um conceito resultante dos usos incorporados a este, neste caso, o espaço urbano sob forma das cidades. Por conseguinte, discursa-se sob uma ótica baseada em abordagens e aproximações sobre o Território, porque entende-se que a proposta conceitual de espaço em relação às análises supracitadas é demasiada complexa. Contudo, isto não significa que ela não é necessária, haja vista que o território não existe sem ela.

Consoante com as preocupações de Saquet (2010) que enfatiza a necessidade da elaboração de estudos que considerem abordagens territoriais que atendam simultaneamente articulações e/ou interações entre as dimensões sociais do território, propõe-se uma análise dos espaços públicos sob o prisma do território, estes que são comumente caracterizados pelos usos coletivos que neles prevalecem, além do que são criados e recriados pelas peculiaridades resultantes das apropriações de grupos sociais e comunidades.

Quanto à perspectiva geral e conceitual de análise a partir do território, tem-se o conceito fundamental para distinguir o espaço e território, formulado por Claude Raffestin, que declara que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, o ator, "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Esta concepção de território segundo Raffestin, se forma a partir de uma produção a partir do espaço, portanto, o território é produto da apropriação realizada por seus atores, a este processo denomina-se de *territorialização*. Ao mesmo tempo que é o território é meio, ele simultaneamente interage e modifica seus agentes e/ou atores. Raffestin ainda discursa sobre o processo de territorialização, em que diz que território “é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Contudo, existem outras noções, conceitos, dimensões e desdobramentos atinentes ao território, discutidos no decorrer desta pesquisa.

Com a relação à história do território, inclui-se na discussão a etimologia da palavra, tal qual deriva do termo latino *territorium*, relacionado com a posse de terra. O *territorium* foi empregado no sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi*, correspondente à uma porção de terra apropriada, sob uma jurisdição político-administrativa, logo, desde tempos antigos o território era encarado como forma de poder e domínio (HAESBAERT, 2009).

Através de reelaborações na ciência geográfica ocorridas nos anos de 50-60, com destaque aos anos 70, tornou-se possível a identificação e caracterização – com o auxílio das ciências sociais e da filosofia – de quatro tendências que permeiam as abordagens e estudos sobre o território, dentre as quais estão: a discussão teórico-metodológica, a compreensão geopolítica do espaço, o desenvolvimento territorial, reestruturação do capital e de movimentos sociais e uma abordagem semiológica (SAQUET, 2010).

Por sua vez Haesbaert (1995 e 1997), Haesbaert e Limonad (1999) *apud* Haesbaert (2010) sintetizam três vertentes principais de abordagem de território: a política, a cultural e a econômica. A primeira vertente compreende o território baseado nas relações entre espaço e poder, no qual este é tido como um espaço delimitado e controlado por algum tipo de poder. Já a perspectiva cultural, enfatiza a dimensão simbólica e subjetiva, resulta da apropriação e valorização simbólica de um determinado grupo em seu espaço vivido. Enquanto que a terceira abordagem reflete espacialização das relações econômicas no território como fonte de recursos e capital.

O autor também argumenta sobre uma noção naturalista de território, baseada nas relações produzidas entre a sociedade e natureza, em que a interação entre o ambiente físico e os homens e as mulheres provocariam uma espécie de comportamento “natural” nestes últimos. Contudo, esta noção é antiga e pouco empregada nas Ciências Sociais. A seguir, apresentam-se algumas noções que permeiam as abordagens de território segundo as dimensões mencionadas.

Em uma perspectiva naturalista Friedrich Ratzel é um dos teóricos que se apropria de procedimentos e conceitos de ciências naturais, tais como a biologia, para formular o conceito de território como área de proteção de animais, que influencia na composição da sociedade, tido como um recurso natural. Para Ratzel, o território é visto como substrato/palco em que a vida humana se efetiva e cria forma, este autor analisa o território como uma parcela delimitada do espaço, que pode existir mesmo sem a presença homem e as suas decorrentes modificações (SAQUET, 2010).

Em contrapartida, Dematteis *apud* Saquet (2010), afirma que o território pode ser compreendido como “resultado das relações sociais, dos lugares de vida e de relações, sendo que a interpretação e compreensão da imaterialidade e materialidade do território e territorialidade humana, se dá mediante fatores psicológicos (subjetivos) e econômicos” (DEMATTEIS, 1975 *apud* SAQUET, 2010, p. 49).

Para Escobar (2010), os territórios são formados também pela diferença em distintos aspectos. Este autor afirma que “qualquer território é um território da diferença, o que implica uma formação ecológica, cultural e socialmente única de lugar e região (ESCOBAR, 2010, p. 40) (tradução nossa)”.

Outras contribuições propostas por Haesbaert (2009) dizem respeito às referências de construção do território, nas quais estão vinculadas às relações sociais, submetidas a fatores culturais e a contextos históricos. Discorre sobre ao que denomina de “necessidade territorial” percebida como controle e apropriação do espaço, em acepção de que enquanto seres vivos necessitamos espacializar nosso poder e imaginação. Além disso, propõe que o território deve ser pensado numa perspectiva de integração, seja política, cultural, econômica ou “natural”, já que tais dimensões são criadas no seio da complexidade das relações sociais.

Em se tratando do processo de territorialização, Saquet (2010) caracteriza-o pela complexidade, em função de componentes sistêmicos, das tramas sociais e pela dinâmica de apropriação e reprodução de relações sociais. Nesse sentido, afirma que cada sociedade produz seu território, bem como, *territorialidades* de modo consoante com normas, regras e

crenças de suas atividades cotidianas. Este autor entende a territorialidade como característica da territorialização, exercício pelo qual se compreende e se pratica tal processo.

Raffestin (1993), enfatiza que a “identificação da noção de territorialidade coloca problemas (RAFFESTIN, 1993, p. 159)” dada a complexidade atribuída às relações sociais. Discursa sobre a territorialidade e suas conseqüentes noções, tais como, a formulada por H. E. Howard, um naturalista que defendia que a territorialidade seria caracterizada por determinadas condutas de organismos a fim de se empossar de um determinado território e, conseqüentemente defendê-lo.

Para Robert Sack a territorialidade humana é definida como “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica (SACK, 1986, p. 21-22) (tradução livre)”, neste caso, a área ao qual se refere-se é constituída pelo território. Enquanto que para Moura (2012) a territorialidade constitui-se de elementos como o conhecimento e a representação do território que são correlacionados à um sistema de relações informais decorrentes a um contexto histórico e comunitário, também destacam que o espaço territorializado é heterogêneo.

Como proposta de identificação dos territórios constituídos através de processos culturais, identitários e do cotidiano, Raffestin (2003) destaca quatro abordagens de territórios, as quais são: o território do cotidiano, o território das trocas, o território de referência e o território sagrado. O *território do cotidiano* consiste, propriamente, no território atual, relacionado com a satisfação das necessidades e que reflete a realidade de aspectos como tensão, conflito e distensão que são evidenciados pelas territorialidades de todos os dias. No *território das trocas* as articulações entre diferentes escalas espaciais e economia são perceptíveis através da fluidez de mercadorias e pessoas em constante movimento.

Já no *território de referência* as relações entre a materialidade e imaterialidade, memória individual e/ou coletiva constituem-se as principais características dessa abordagem baseada na vivência no território e de sua expressão através da leitura espacial. Enquanto que no *território sagrado* se evidenciam aspectos relacionados com religião e à política, nas sacralidades e rituais que promovem a construção da identidade de um território (RAFFESTIN, 2003).

Conforme Saquet e Briskievicz (2009) esses territórios possuem interfaces e sobreposições em função dos atributos relativos às relações efetivadas no cotidiano, isto é, das

diversas e múltiplas territorialidades recorrentes no território, dentre as quais atribuem e geram identidades, estas últimas que igualmente influenciam na constituição de territorialidades.

Entendendo a construção do território como um processo dinâmico, Haesbaert (2009) destaca o processo de territorialização/desterritorialização/re-territorialização. A territorialização, isto é, a apropriação do espaço por um ator/agente ocorre por primeiro, em seguida, quando ocorrem mudanças internas e/ou externas que atingem essa apropriação, acontece a desterritorialização, e de forma concomitante (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009), o ator/agente apropria-se novamente do espaço, causando uma re-territorialização.

Marcos Saquet salienta que no território são passíveis relações de desigualdade, bem como processos de desterritorialização e re-territorialização oriundos da “combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, que substantivam, ao mesmo tempo, a identidade coletiva (SAQUET, 2010, p. 87)”, sendo o território resultado de uma lógica identitária, aliada aos fatores existenciais e regionais.

Nessa conjuntura, o aporte teórico apresentado permite a compreensão de que o território possui multidimensões, ou seja, que existem distintas abordagens que possibilitam a apreensão do “vivido” territorial (RAFFESTIN, p. 158, 1993), tal qual é fundamental na apropriação e identificação social dos atores e grupos sociais que constroem um determinado território.

1.2. APROXIMAÇÕES SOBRE ESPAÇO PÚBLICO

A complexidade da cidade como um sistema que agrega transformações dinâmicas e intencionalidades muitas vezes contraditórias, traz à tona, um espaço que é palco de diferentes pontos de vista e distintas classes socioeconômicas. Desta maneira, este espaço de lutas de classes è publicamente visualizado e materializado como o espaço público. Por definição, este espaço é na perspectiva de Borja e Muxi (2003), a própria cidade, em função da história da cidade ser a mesma de seu espaço público. Estes autores definem o espaço público com um

sistema, de redes ou de conjunto de elementos – tanto equivalente à ruas e praças como para as infraestruturas de comunicação (estações de trem e ônibus), áreas comerciais, equipamentos culturais, ou seja, espaços de usos coletivos devido a apropriação progressiva das pessoas – que permitem o passeio e o encontro, que ordenam cada área da cidade e dão sentido, que constituem-se o âmbito físico da expressão coletiva e da diversidade social e cultural (BORJA e MUXÌ, 2003, p. 8) (tradução nossa).

Conforme Borja e Muxi (2003) é principalmente no espaço público que as relações de poder e cidadania por parte dos habitantes da cidade se materializam. Nessa conjuntura, o espaço público é o principal espaço abordado pelo Urbanismo, a medida que este revela a cultura urbana, congregado em três esferas espaço público: o físico, o simbólico e o político.

Gomes (2012) destaca a existência de dois tipos de compreensão de espaço público, um vinculado à área física (ruas, praças, etc.), tema principalmente do planejamento urbano e outro relativo à uma esfera abstrata e imaterial conformada na vida política e na democracia, o qual é temática da ciência política. Segundo este autor, essas duas perspectivas de espaço público devem dialogar entre si, dado que o espaço público físico é a espacialização da política, moldada em interesses coletivos.

Com ênfase no papel do espaço público através de sua configuração física, Panerai (2006) destaca a finalidade deste em promover a distribuição e a circulação de pessoas e serviços. O espaço público para este autor diz respeito “a totalidade das vias: rua e vielas, bulevares e avenidas, largo e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, mas também rios e canais, margens e praias” (PANERAI, 2006, p. 79-80).

Por sua vez, Caldeirón (2009) afirma que o espaço público constitui-se como a coluna vertebral da cidade, em razão de permitir sua organização e unidade. Adiciona que os mesmos são caracterizados pelo convívio por excelência e por promoverem a melhoria de qualidade de vida dos habitantes da cidade. Ademais, enfatiza que através da “criação destes lugares de encontro e socialização, as pessoas de distintas culturas e condições sócio-econômicas podem apropriar-se da cidade (CALDEIRÓN, 2009, p. 24)”.

Na definição de Alvares, Vainer e Queiroga (2009) o espaço público não compreende somente os espaços de propriedade pública, relacionados aos bens de uso coletivo, como as ruas, praças, parques ou edifícios públicos, como também a qualquer lugar que indique a apropriação pública, tais como em ações realizadas no âmbito da esfera pública. A contribuição destes autores tange também na afirmação que, embora ocorra a propagação da ideologia de que o meios de informação e telecomunicação provocariam um encurtamento das distância entre a sociedade, e a transformaria em um “aldeia global, o espaço público para eles ainda “constitui-se em totalidade concreta no qual se processa a sociedade; tratam-se, mesmo, de processos sócio-espaciais; não há história, nem técnica, fora do espaço (ALVARES *et al.*, 2009, p. 131)”.

No que tange as origens e transformações do espaço público Sennett (2003) salienta que foi em Atenas que o espaço público de nossa concepção ocidental desenvolveu-se. Explica que o espaço público e o desenvolvimento da democracia são correlatos, os jovens,

por exemplo, eram ensinados no ginásio ateniense as múltiplas finalidades do corpo, seja pela utilização de sua força bruta seja pelos ensinamentos que diziam que este mesmo corpo, pertencia à uma coletividade maior, constituída pela *polis*. A ágora era o espaço público destacado por Sennett, ao qual os atenienses, cidadãos, reuniam-se para discutir a democracia e assuntos afins.

Arendt (2002) por sua vez, explica que o fato de um espaço tornar-se público não significa que este se torne político. Para esta autora este sem a presença da política não pode ser encarado como um espaço verdadeiramente público. Destaca que é somente no “espaço público-político” que o convívio entre cidadãos pode ser assegurado e transmitido para futuras gerações através da cidade como um lugar democrático.

Nas últimas duas décadas a utilização do termo “espaço público” foi sendo modificada passando a significar “espaço verde” para o paisagismo, em função da predominância da vegetação. Atualmente, essa designação evoluiu para “espaço livre”, sendo este relacionado a espaços urbanos ao ar livre, em que a ausência de edificações e o uso por pedestres é predominante, em decorrência de usos relativos ao lazer e recreação (CALDEIRÓN, 2009). Há também a noção de estes espaços se integram através de “sistemas de espaços livres urbanos”, dado sua interrelação com outros sistemas da cidade. Esse sistemas se tornam complexos pelos múltiplos papéis que desempenham, como por exemplo, o convívio público, aspectos ambientais, conservação e requalificação ambiental (ALVARES *et al.*, 2009).

Nesse contexto, se insere, portanto, o conceito de orla também como um espaço livre público, em função de “ser definida como unidade geográfica inclusa na zona costeira, delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e do mar” (BRASIL, 2006, p. 27), neste caso, a orla estudada nesta pesquisa não é a fronteira com o mar, mas com o rio, o que constitui-se também um corpo d’água.

Fontes e Shimbo (2003) esclarecem que espaços livres adquirem três funções básicas perante a qualidade de vida urbana, dentre as quais destacam-se : a função social-lazer, a ecológica e de estética-integração. A primeira função é relativa a satisfação das necessidades físicas, psicológicas e sociais. Na segunda há a preocupação com a conservação e preservação dos recursos naturais e a qualidade ambiental. Ao passo que a última, permite o ordenamento da forma urbana e a integração entre cenários diversificados.

Já em um contexto contemporâneo em que o crescimento e expansão urbana se dão de forma desordenada, Pinto (2014) defende que os espaços públicos tem a capacidade de permitir a continuação do espaço urbano, no sentido de dar continuidade ao seu

desenvolvimento, além da função de ordenação e estruturação do território. Para esta autora, os espaços públicos quando bem planejados e vividos pelos habitantes da cidade permitem a criação de uma coesão territorial, logo, este fator torna mais propício o desenvolvimento do território com equidade. Caso, contrário, o território estará sujeitos a problemas recorrentes, tais como cita:

[1] a fragmentação de importantes estruturas naturais; [2] a perda de identidade e problemas de conectividade dos tecidos constituintes da malha urbana; [3] problemas de exclusão social e marginalização; [4] disparidades econômicas e falta de diversidade. É no sentido de solucionar estes problemas que surge a necessidade de introduzir o conceito de coesão territorial nos processos de planejamento das intervenções no espaço urbano (PINTO, 2014, p. 2).

Ainda em termos de planejamento urbano atrelado à política urbana, Borja e Muxi (2003) dissertam que o planejamento de espaços públicos consiste em dilemas e desafios globais, dentre os quais destacam-se, como um desafio urbanístico, político e cultural. Urbanístico, porque o espaço público é o espaço ordenador do urbanismo. Político, em virtude de ser um espaço de expressão coletiva e, cultural, no sentido de que o espaço público expressa e cumpre várias funções, quer para seu significado histórico, pelos símbolos de identidade coletiva incorporados a este, quer para os valores urbanos manifestados neste.

Alguns teóricos como Serpa (2007) guiam a discussão do espaço público aliada à crise da cidade, em função de que no “espaço público da cidade contemporânea, o ‘capital escolar’ e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais” (SERPA, 2007, p. 13). Este autor também discursa sobre a constituição das sociedades contemporâneas, por sua complexidade e pelo notável aumento do abismo entre íntimo e privado, ou seja, entre a vida privada e vida pública.

Igualmente, Delgado (1999) afirma que o espaço público possui a tendência de constituir-se como um cenário em relação à estruturação social, no sentido de que sua organização e vivência estarem relacionadas “em torno ao anonimato e a desatenção mútua ou a partir de relações efêmeras baseadas na aparência, na percepção imediata e relações altamente codificadas e em grande medida fundadas no simulacro e na dissimulação (DELGADO, 1999. p. 13)”.

Já para Santos (2007) a medida que o fenômeno da mundialização acontece, o espaço tende a se tornar fragmentado, o que gera portanto, uma “percepção parcial” do mesmo, a qual fornece uma visão incompleta deste, estritamente reduzida às funções preestabelecidas por fatores econômicos-ideológicos. A adoção desta visão evoca “um espaço humanamente desvalorizado” (SANTOS, 2007, p. 79), consoante com a formação e apreensão limitada da

vida social por meio da alienação e sistematização desta. Esta fragmentação ao qual Santos remete-se pode ser entendida na crise do espaço público.

Diante dessas proposições, Lefebvre (2001) já na década de 1960 traz à tona discussões acerca do Direito à Cidade, relativo ao direito à vida urbana, às cidades renovadas e transformadas mediante a vivência nas mesmas por seus habitantes. Para este autor, isto deve ser conquistado mediante à atividade participante do cidadão por meio da apropriação.

1.3. DINÂMICA URBANA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia é uma região sem igual, rica em beleza, recursos naturais e biodiversidade, é comumente definida pela “bacia hidrográfica do Amazonas ou pela floresta equatorial imensamente grande” (REIS, 2001, p. 202), como também, pelo desenvolvimento de suas sociedades e culturas, evidenciadas através de suas atividades socioeconômicas que a distinguem de outros espaços e lugares, seja por seus rios, pelas florestas fechadas, seja por sua população. Essa visão genérica do rincão amazônico largamente veiculada, esconde que tal espaço não é uno. A Amazônia longe de uma visão bucólica, simplista e romântica, se exhibe pela complexidade suas redes urbanas (TRINDADE JR, 2011; CORRÊA, 1987), o que a torna urbana do mesmo modo.

A região amazônica possui diversos domínios e conceitos, ainda sim, sua conceituação e entendimento são desafios a serem enfrentados. Em termos geopolíticos a Amazônia Sul-Americana é formada pela Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil (ARAGÓN, 2011). Já em um contexto brasileiro, Meirelles Filho (2004) expõe que, a Amazônia é conhecida por diversas maneiras, como uma Amazônia biológica, no sentido da extensão de seu domínio ecológico, seus ecossistemas de transição, a Caatinga e o Cerrado que ocupam cerca de 4,24 milhões de Km²; como a Região Norte, resultado da divisão política brasileira de 3,8 milhões de Km², em que encontram-se presentes seis estados da federação, tais como, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Acre e Tocantins; e a Amazônia Legal, criada em 1953 por meio da Constituição Federal do Brasil, que agrega parte do estado de Mato Grosso com 5,1 milhões de Km². Respectivamente, essas Amazônias Brasileiras integram 49%, 44% e cerca de 60% do território nacional.

Gonçalves (2005) evidencia a Amazônia como plural e heterogênea, uma região em que prevalecem os conflitos de territorialidades. Discursa sobre a diversidade tanto natural como cultural e procura desmitificar as imagens generalistas sobre esta região.

Para este autor, a compreensão da Amazônia, deve primeiramente ocorrer a medida que se conhece as populações que nela habitam. Elucida a presença das populações tradicionais e dos trabalhadores da floresta, no sentido de revelar o panorama cultural existente em detrimento da veiculação de um ideal moderno e simplista desta região. Além disso, destaca que este ideal e as subsequentes adjetivações (vazio demográfico, reserva ecológica mundial, região periférica, etc.) são construídos de "cima para baixo", ou seja, a partir do capital e da mídia manipulada por este. Em função disso propõe que as decisões e intervenções na(s) Amazônia(s) devem começar "por baixo", isto é, pela articulação de políticas voltadas e exercidas pelos que verdadeiramente vivem e habitam nesta região.

Tem-se também o papel da Amazônia como fronteira (BECKER, 2005), discurso corroborado por Meirelles Filho (2004, p. 27) o qual mostra que a fronteira brasileira amazônica “possui 11.248 Km de fronteiras internacionais e 1482 Km de costa marítima (cerca de 1/5 da costa do Brasil)”, tais quais, são resultados das dinâmicas socioespaciais desde a colonização por meio das monarquias, da formação dos entes federativos brasileiros até a atualidade.

Em se tratando de termos hidrográficos, tais quais incorporam umas das problemáticas tratadas, “a Bacia Hidrográfica Amazônica é composta por todos os afluentes e rios formadores do Rio Amazonas. Ela drena sete países e corresponde a quase 40% da América do Sul, com uma área de 6,6 milhões de quilômetros quadrados” (CARNEIRO FILHO e SOUZA, 2009, p. 10). Sua bacia hidrográfica representa um volume hidrológico que varia de aproximadamente 60 a 140 metros cúbicos por segundo, o que pode variar e diferenciar-se conforme a época do ano e localidades (REIS, 2001). Além disso, esse mesmo volume serve de base para as tramas da urbanização das cidades amazônicas, em suas pluralidades e singularidades (CASTRO, 2008).

A urbanização e as redes urbanas amazônicas segundo Corrêa (1987), são produtos da evolução dos núcleos urbanos oriundos de fortins, da colonização, de aldeias missionárias e das rotas comerciais de “drogas do sertão”, do extrativismo da borracha e da implantação de sistemas de engenharia (infraestruturas) (SANTOS, 2006) e dos grandes projetos.

Ainda neste discurso, essas redes possuem diferenciação no que tange aos tempos espaciais, existem núcleos urbanos considerados como “velhos” e “novos”, tais quais evidenciam-se por meio das cidades que surgiram através de núcleos ribeirinhos e de fortificações, assim como, de cidades que acompanharam o desenvolvimento dos grandes

projetos e eixos rodoviários (CORRÊA, 1987). Essas transformações provenientes da industrialização e urbanização da Amazônia, conforme expõe Oliveira (2004) funcionam como um propulsor da urbanização, tal que, no período entre os anos de 1991 e 2000, a região Norte do Brasil destacou-se pelo maior percentual de crescimento população urbana do Brasil com 18, 26%, assim como, uma média de 69,87% para urbanização de suas cidades.

Dentro dessas interpretações acerca do espaço urbano amazônico, destacam-se os padrões de organização do espaço urbano propostos por Trindade Jr., Silva e Amaral (2008) mediante a classificação de tipologias de cidades e de seus consequentes vínculos espaciais a partir dos anos de 1960. Propõem a existência de *metrópoles contemporâneas*, caracterizadas pela complexidade de processos regionais; *cidades novas e modernas*, resultado da instalação de grandes empresas; *cidades da colonização*, núcleos de apoio ao processo de colonização e rodoviarização no fim de 1960; *cidades “espontâneas”*, núcleos urbanos precários e novos que surgiram para suprir atividades e serviços relacionados com grandes projetos e, as *cidades tradicionais*, com sua estrutura antiga mas passível de mudanças derivadas de novos modelos de produção.

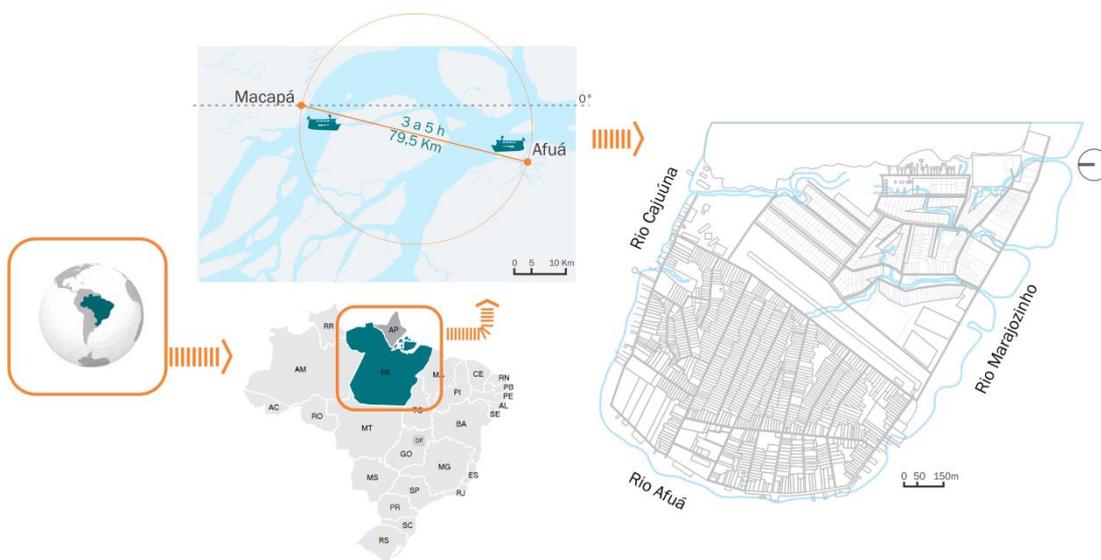
Nesse contexto, Gonçalves (2005), Lomba e Nobre-Júnior (2013) destacam a importância das cidades tradicionais e de seus desenvolvimentos baseados na relação rio-várzea-floresta. Essas cidades conforme destacam guardam significados e identidades tanto de sobrevivência dos modos de vida oriundos da floresta como das relações de mobilidade provenientes da dinâmica da rede urbana mediante a utilização dos rios.

1.4. CONFIGURAÇÃO URBANA NA CIDADE DE AFUÁ-PA

As cidades tradicionais ribeirinhas segundo Lomba e Nobre-Júnior (2013) mesmo após suas fundações são caracterizadas pela relação de conciliação intrínseca com a hidrografia para realização de diversas atividades, sejam estas vinculadas ao transporte de pessoas como o de mercadorias.

Nesse sentido, destaca-se a cidade ribeirinha de Afuá, localizada no município homônimo pertencente ao Arquipélago do Marajó no Estado do Pará, como uma cidade que ergueu sob um território alagadiço por meio de palafitas e estivas em madeira entre os rios Afuá, Marajózinho e Cajuúna.

Figura 1 - Localização da cidade de Afuá.



Fonte: elaborado pelo autor. Base cartográfica de Google Maps e Secretaria Municipal de Infraestrutura de Afuá, 2014.

A Veneza Marajoara – em alusão à cidade de Veneza na Itália – denominação popular empregada pelos habitantes da cidade de Afuá em função dos igarapés que a transpassam e da condição palafítica, está sediada na latitude $00^{\circ}09'24''$ sul e a na longitude $50^{\circ}23'12''$ oeste, possui uma área de $8.410,3 \text{ km}^2$ (IBGE, 2010). O município de Afuá localiza-se na Microrregião dos Furos de Breves e limita-se a noroeste com o Estado do Amapá.

Figura 2 - Vista aérea da cidade de Afuá.



Fonte: Prefeitura Municipal de Afuá, 2014.

A história desse município iniciou no século XVII, através da ocupação do Arquipélago do Marajó através da criação de freguesias, que se constituíam como as menores divisões administrativas portuguesas. As províncias dividiam-se em municípios e, por

consequente, segmentavam-se nas freguesias (DIAS, 2011). A partir de então, mediante a criação destas freguesias o Arquipélago do Marajó começou a ser povoado.

O município de Afuá teve sua origem aproximadamente no ano de 1845, através de uma donatária de terra chamada de Micaela Arcanja Ferreira. Esta donatária instalou-se em sua posse de terras que ficou conhecida como Santo Antônio. Ao longo dos anos, por volta de 1869, já existia um pequeno núcleo populacional composto por diversas barracas, em função da localidade se tornar apropriada para condições de porto e ponto de paragem de trânsito do estuário amazônico (IBGE, 2010). De acordo com Lomba e Nobre-Júnior (2013) no ano de 1870,

Micaela doou terras para a formação de uma capela, que vai do igarapé divisa no rio Marajó, desce pelo rio Afuá, até o Igarapé Jaranduba, no rio Cajuúna. Com essa iniciativa, Mariano Cândido de Almeida, juntamente com outros moradores locais iniciou a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Afuá, concluindo-a em 1871 (LOMBA; NOBRE-JÚNIOR, 2013, p. 9).

A aquisição de lotes neste núcleo populacional, tornou-se fácil, dessa forma, houve um crescimento considerável do povoado, capaz de elevá-lo a categoria de freguesia em 1874, contudo, esta foi extinta por duas vezes. Recuperou somente tal condição em 1889 e, em com a criação da República tornou-se vila e município (IBGE, 2010).

Figura 3 - Vista da cidade a partir do Rio Afuá.



Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>, s/d.

Nesse sentido, a configuração urbana de Afuá tange à seu desenvolvimento durante o período colonial, o qual norteou sua urbanização como por exemplo, no desenvolvimento do traçado e do restante do núcleo tendo como base na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Lomba e Nobre-Jr (2013) afirmam que nesse contexto histórico da região amazônica, essas vilas e os povoados sediadas ao longo de cursos fluviais na Amazônia possuíam funções estratégicas fundamentais de ocupação e defesa do território.

Contudo, esta cidade se diferencia do modelo de ocupação colonial tradicional, pois a singularidade de Afuá está no seu modo de apropriação do território. A ocupação sob o solo de várzea e sua estruturação principalmente em palafita, cria um sistema de vias suspensas que ora conectam-se por meio de vias de madeira ora pelas vias de alvenaria presentes no trecho mais antigo. (LOMBA e NOBRE-JÚNIOR, 2013; DIAS e SILVA, 2011).

Figura 4 - Residência na cidade Afuá-PA.



Foto: acervo do autor, 2014.

Além disso, a arquitetura desempenha um papel muito importante na distinção do território afuaense, em que há a predominância de casas de madeiras em palafitas tal como disserta Moro:

Pink, laranja e verde atômico: são cores marcantes presentes nas fachadas das edificações. Nos ornamentos das varandas, a mesma regra: uma festa de lilás com laranja e várias outras combinações. A planta das casas é muito simples, construídas em madeira, formadas por dois ou três quartos, uma sala e cozinha. Há muito tempo, a utilização da telha de fibrocimento popularizou-se por lá, em substituição às folhas de árvores da região, devido a seu baixo custo. Em geral, as casas possuem um pavimento. Os moradores que possuem maior poder aquisitivo constroem até dois. A cozinha é um espaço que mostra a forte relação do ribeirinho e a água. Nela está a estrutura do “jirau”, um local em que se lava o peixe antes de seu preparo para evitar que o cheiro permaneça dentro da casa (CARVALHO, 2013, p.147) (tradução nossa).

No ano de 2000 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrou, 29.505 mil habitantes no município, sendo que 23% dessa população é urbana o que constitui cerca de 6.787 mil habitantes. No censo realizado em 2010, houve um aumento para 35.042 mil habitantes no município, com uma população urbana registrada em 9.478 habitantes. Verificou-se portanto, um crescimento de 18,8% ao longo de dez anos no que diz respeito à população municipal, enquanto que a população urbana cresceu quase 40%. Dias *et al.* (2012) afirmam que esse crescimento se deu em função da implantação de empreendimentos industriais relacionados com o beneficiamento de madeira e palmito, além da questão do

êxodo rural, de acordo com os autores “essa migração originou a formação de novos núcleos de ocupação constituindo-se na área de expansão da cidade, ou melhor, na sua periferia (DIAS *et. al.*, 2012, p. 8)”.

Figura 5 - Orla do Rio Afuá.



Fonte: <http://www.prefeituradeafua.com.br/>, 2014.

Os autores Lomba e Nobre-Jr (2013) enfatizam a dependência da hidrografia na relações econômicas e sociais da cidade de Afuá, de maneira especial na relação urbano-rural materializados pelos mercados (feiras). Além disso, Carvalho (2013) mostra que a cidade também expõe suas características através do portos, este que ligam a cidade à outras pelo acesso com rio, assim como pelo meio de transporte empregado, a bicicleta. A cidade de Afuá é uma cidade totalmente ciclável.

Figura 6 - Trânsito de bicicletas em Afuá.



Foto: acervo do autor, 2014.

Com base nos estudos entre rio e cidade propostos por Gorski (2010), em Afuá não se nota uma ruptura e reconciliação aparentes, mas sim uma relação baseada na conciliação entre a população e rio. O Rio - aqui abordado como massa d'água oriunda dos rios Afuá,

Marajozinho e Cajuúna - é àquele que traz a comida, os produtos, os viajantes, é àquele que banha, que mata a sede e supre as necessidades diárias. É neste encontro entre território e água que as relações imateriais e materiais se manifestam.

Santos (2012) ao propor uma divisão regional através da ASA (Amazônia Setentrional Amapaense) articula a dinâmica urbana entre Afuá e a capital do Estado do Amapá, Macapá. O autor ao se referir as cidades localizadas no oeste marajoara juntamente com a cidade de Macapá afirma que há uma “intensa rede social (...) entre essas cidades, pois muitos migrantes do Amapá são provenientes desses núcleos urbanos e de áreas rurais das ilhas do Pará (SANTOS, 2012, p. 106)”. Isso se dá em função da procura de serviços, sejam estes públicos ou privados, em sua maioria relacionados com fatores de saúde, educação e procura de empregos, estes que fazem com que Afuá tenha uma relação mais intensa com Macapá, do que com Belém, capital do Pará.

2. REFERENCIAL ANALÍTICO

2.1. PROJETOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Mediante o destaque no capítulo anterior das propostas conceituais de território, espaço público e suas relativas relevâncias na vida dos centros urbanos, este capítulo realiza reflexões baseadas em intervenções urbanas em orlas e/ou corpos d'águas, que suscitaram subsídios para a proposta projetual a que este trabalho se propõe. Elencaram-se projetos urbanos nestas áreas, para que dessa forma, se pudesse realizar reflexões em diferentes dimensões de análise, tais como, sociais, estético-funcionais e/ou ambientais.

Nesse sentido, os projetos escolhidos levaram consideração três contextos e escalas principais. O primeiro contexto, diz respeito a projetos em uma escala mundial, o segundo, relativo à uma escala nacional e, por conseguinte, o último tange à um contexto nortista.

2.2. PROJETOS URBANOS EM ORLAS NO CONTEXTO MUNDIAL

2.2.1. Red Ribbon Park

O Red Ribbon Park é um parque urbano situado na cidade de Qinhuangdao, na província Hebei, China. Possui 200.000 m² e foi criado no ano de 2008, planejado pelo escritório chinês Turenscape, que desempenha atividades de arquitetura, paisagismo, design urbano e ambiental. Este espaço, tal qual a própria denominação informa, “o parque da fita

vermelha” é caracterizado por um extenso mobiliário urbano, que se assemelha à uma fita vermelha e percorre cerca de quinhentos metros o perímetro da margem do Rio Thanghe.

Os objetivos do projeto pautaram-se na preservação os habitats naturais sediados no transcorrer do rio, assim como na busca de agregação de novos usos urbanos concernentes ao lazer, educação e convívio social, além houve a transformação de áreas anteriormente degradadas em espaços de vida.

Figura 7 - Implantação geral do Red Ribbon Park.



Fonte: www.turenscape.com. Traduzido pelo autor, 2014.

O parque conta com quatro pavilhões que fornecem proteção e permitem a apreciação da paisagem, possui quatro jardins de flores perenes, destacados pela sua variedade cores situados em uma antiga área de lixão. Igualmente possui ciclovía, jardins de flores, um edifício de serviços, uma casa de chá, estacionamento e preza pela integração do corredor de atividades sociais ao longo do parque materializado pelo “Red Ribbon”, que funciona como eixo entre o ambiente construído e a margem do Rio Thanghe.

Este projeto foi utilizado para valorizar a interpretação ambiental e a referência dos usuários em relação ao rio, acrescido, da alternativa de manter ao máximo o corredor natural deste através da utilização da vegetação nativa. Antes da implantação deste projeto funcionava um grande depósito de lixo na área, sediava também uma favela deserta e antigas instalações de irrigação. Os problemas de segurança e acessibilidade ao rio eram dilemas para a cidade de Qinhuangdao.

Figura 8. Tomadas gerais do Red Ribbon Park. (a. função de assento, b. áreas de sombreamento, c. áreas de convívio social e d. calçadão).



Fonte: www.turenscape.com. Adaptado pelo autor, 2014.

O parque Red Ribbon constitui uma proposta de intervenção que se aproxima da noção de espaço público em razão das funções sociais, de lazer, ecológica e de integração (FONTES e SHIMBO, 2003). A implantação do projeto permitiu uma nova territorialização da orla e a reconciliação (GORSKI, 2010) com o Rio Thanghe, atualmente, novas comunidades também frequentam o espaço para fins de recreação, pesca, natação, entre outras atividades.

2.2.2. New Waterfront of Thessaloniki

A Nova Orla de Salônica está localizada na cidade Aggelaki, no município de Thessaloniki, na Grécia, que no ano de 2000 deu início a um concurso internacional a fim de promover a criação de um novo projeto para orla, ao qual o escritório Nikiforidis Cuomo Arquitetos venceu. A orla possui cerca de 238.800 m² e foi construída em duas etapas.

A primeira etapa foi iniciada em 2006 com aproximadamente 75.800 m² construídos até 2008, em seguida, foi reiniciada em 2011 com cerca de 163,000 m² finalizados em 2014.

A proposta que permite a interação entre o território do mar, o território da terra e o território social (ver figura 9). Esta orla possui duas características principais que são materializadas pela área do quebra-mar e pelos “espaços verdes”.

Essa primeira área é utilizada principalmente para caminhadas, para apreciação do mar, além do que possui mobiliários que propiciam a interação com este, tais como os decks que avançam sobre o corpo d’água e as pequenas piscinas que se enchem com a água proveniente deste.

Figura 9 - Perspectiva da Nova Orla de Salônica.



Fonte: www.archdaily.com, 2014.

Já os “espaços verdes”, são compostos por treze jardins temáticos, tais quais fazem referência aos jardins domiciliares existentes antes da construção do aterro da antiga orla, os quais eram usados como acesso até a praia. A intenção dessa proposta remete a sequenciação de territórios de referência despertados através da memória desses antigos espaços na conformação da orla.

Figura 10 – Jardim interno da Nova Orla de Salônica.



Fonte: www.archdaily.com, 2014.

A leitura espacial realizada para a constituição da proposta foi responsável pelo reconhecimento de elementos identitários que influenciam a identidade local. A criação de simbolismos por meio de elementos co-existentes como os jardins temáticos (da água, do som, da memória, etc.) permite manter a continuação linear da orla sem que a sensação de amplitude com o mar seja afetada.

Figura 11 - Tomadas gerais da nova orla de Salônica. (a. decks, b. áreas verdes, c. mobiliário e d. pequenas piscinas)



Fonte: www.archdaily.com e www.twooregonians.com. Adaptado pelo autor, 2014.

Em uma abordagem geral desta intervenção urbana, a orla de Nova Salônica constitui-se mais como um espaço de visitação e contemplação do que um espaço público na acepção do termo, contudo, possibilita a atração e interação social mediante os diferentes os elementos físicos e territórios recriados presentes na referida orla.

2.2.3. Revitalização do Rio Cheong Qye Cheon

Este projeto tange à revitalização do corpo d'água constituído pelo Rio Cheong Qye Cheon, que está localizado na cidade de Seul, Coréia do Sul. O referido rio durante séculos desempenhou funções fundamentais de abastecimento de água para Seul. Contudo, no século XX ocorreram transformações que mudaram drasticamente a vida deste rio.

Após a Segunda Guerra Mundial e com a separação das Coréias, a cidade sofreu uma intensificação da imigração, neste contexto, o crescimento desordenado ocasionou a ocupação das margens do rio, que com o passar do tempo tornou-se poluído e converteu-se em um grande problema em termos de saneamento para a cidade.

Figura 12 -Ocupação informal às margens do Rio Cheong Qye Cheon.



Fonte: <http://www.ufrgs.br/>, 2014.

Nesse sentido, na década de 1970 com a tendência desenvolvimentista, construiu-se um viaduto sobre o Rio Cheong Gye Cheon e, em 1976, uma grande avenida foi sobreposta em seu leito, além da tumultuada presença de comerciantes irregulares, dessa forma, o então rio sumiu da vida de Seul. Entretanto, um movimento liderado pelo prefeito da cidade, Lee Myung-bak, mobilizou transformações em função de sua revitalização.

Figura 13 -Viaduto e avenida sobre o Rio Cheong Qye Cheon.



Fonte: <http://www.ufrgs.br/>, 2014.

No ano de 2002, as obras de revitalização foram iniciadas com as atividades de retirada do viaduto e da avenida, bem como de um planejamento com o objetivo de realocar os comerciantes que ali trabalhavam. Mesmo com o desaparecimento das águas oriundas do Rio Cheong Gye Cheon, iniciaram-se reposições do líquido ao longo do rio, tal qual até hoje se mantém limpo.

A participação popular foi crucial para realização do projeto. As margens do rio tornaram-se espaços públicos por meio de um parque linear de oito quilômetros, com

atividades diversas disponibilizadas aos usuários, além do que realizaram-se intervenções no sistema tráfego. O projeto de revitalização do Rio Cheong Gye Cheon é um forte exemplo de planejamento urbano atinente à questões ambientais e qualidade de vida do espaço urbano e de seus habitantes.

Figura 14 - Perspectiva do Projeto revitalização no Rio Cheong Gye Cheon.



Fonte: <http://vidasimples.abril.com.br/>, 2014.

A revitalização do Rio Cheong Gye Cheon pode ser encarado como um “espaço público-político” conforme as proposições de Arendt (2002), haja vista que esse espaço foi resultado de articulações políticas entre a população local e governantes, bem como da transformação da memória em ações concretas. Ademais, diferentes reflexões de território podem ser abordadas neste caso, já que o rio é um elemento que está presente no cotidiano, na referência (memória) dos habitantes de Seul.

Figura 15 -Tomadas gerais do projetodo Rio Cheong Gye Cheon (a. calçadão, b. tratamento ambiental e paisagístico, c. tratamento paisagístico d. leito do rio).



Fonte: <http://blogdofavre.ig.com.br>, <http://portoimagem.wordpress.com/> e <http://www.ufrgs.br/>,2014.

2.3. PROJETOS URBANOS EM ORLA NO CONTEXTO BRASILEIRO

2.3.1. Projeto Orla Viva

Este projeto constitui-se de uma intervenção ainda não executada, mas que foi escolhida no Concurso Orla Noroeste, da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo. Denominado de Orla Viva, o projeto foi formulado por um escritório do Rio de Janeiro coordenado pela equipe da arquiteta Patricia Garcia Padilha, composta também por arquitetos da Espanha, Chile e Bélgica.

Figura 16 - Perspectiva fotorrealística do atracadouro do Projeto Orla Viva.



Fonte: <http://www.vitoria.es.gov.br/>, 2014.

O projeto tem como objetivo principal a interligação de um calçadão por mais de 15 Km que integrará vinte bairros e beneficiará cerca de setenta e dois mil moradores. A proposta procura além da implantação deste corredor, criar infraestruturas que promovam a diversificação, conexão, articulação e urbanidade entre o espaço público ao longo da orla em diferentes escalas, quer seja na metropolitana, quer para escala municipal e local.

Figura 17 - Espaço comercial do Projeto Orla Viva



Fonte: <http://www.vitoria.es.gov.br/>, 2014.

Esta intervenção propõe espaços a fim de estimular a interação social e economia local através da inserção de áreas recreativas e da geração de renda aos moradores locais. Dentre as infraestruturas criadas destacam-se os espaços voltados para a produção artesanal e comercial de panela de barro, uma estação ecológica municipal, atracadouros para a navegação, para o turismo e fins educativos, bem como, pólos gastronômicos, uma central de beneficiamento de pescado e áreas de lazer (campo de futebol, playground e academia da terceira idade).

Figura 18 - Perspectivas fotorrealísticas do Projeto Orla Viva (a. quiosque, b. quiosques, c. praça das bandeiras e d. pier).



Fonte: <http://www.vitoria.es.gov.br/>. Adaptado pelo autor, 2014.

O Projeto Orla Viva é exemplo de intervenção não consolidada em orlas, entretanto, admite a interface em seus estudos principalmente entre as propostas conceituais de território do cotidiano e das trocas (RAFFESTIN, 2003) através da consideração das necessidades dos habitantes de Vitória, sejam estas de recreação ou econômicas. O projeto por si só não admite uma territorialização, mas permite a ampliação de novas possibilidades de desenvolvimento atinentes à mudanças sociais, econômicas e ambientais.

2.3.2. Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté

O Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté localiza-se na Lagoa do Abaeté no bairro de Itapuã, em Salvador, Estado da Bahia. Constitui-se como um dos maiores centros de lazer aliado à ecologia da Região Nordeste do Brasil com 12.870 m². Foi criado no ano de 1993, projetado pelo arquiteto Luciano Fiaschi e com co-autoria de Rosa Grena Kliass, como forma de proteção perante o processo de ocupação e depredação irregular as margens da lagoa e das dunas (FARAH; SCHLEE; TARDIN, 2010).

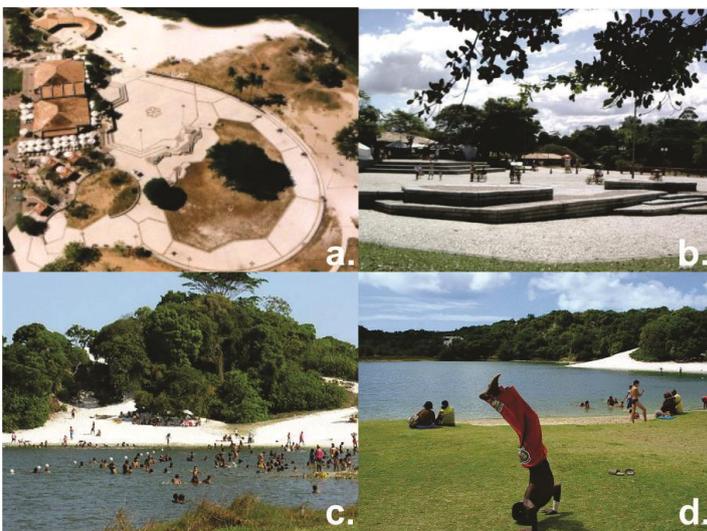
Figura 19 - Perspectiva do Parque Abaeté.



Fonte: www.meioambiente.ba.gov.br/, 2014.

As propostas principais do parque são tangenciais à urbanização adequada e a recuperação paisagística aliados à realização de manifestações afroreligiosas, lazer e recreação. As intervenções consistem na implantação de arborização, forrações, melhoria e implantação de circulação para pedestres, equipamentos de lazer, tais como restaurantes, bares, espaços para shows e funções artísticas e culturais de acordo com a Secretaria de Meio ambiente do Estado da Bahia.

Figura 20 - Tomadas gerais do Parque Abaeté. (a. vista aérea , b. área convivência c. banhistas na lagoa e d. recreação as margens da lagoa).

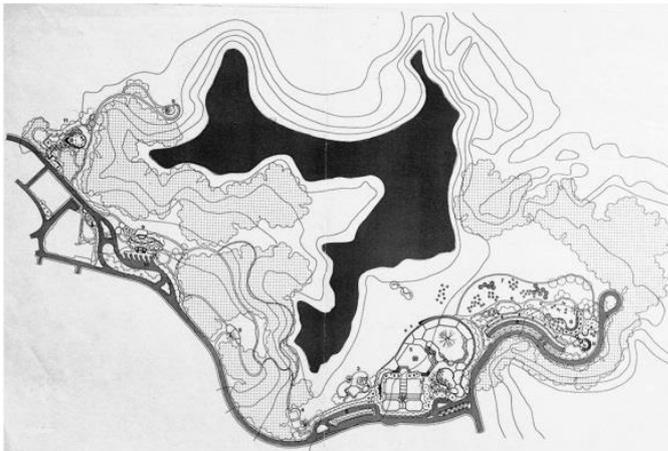


Fonte: <http://lfpaisagismo.com.br/> e www.meioambiente.ba.gov.br/, adaptado pelo autor, 2014.

Além disso, existe no parque um Programa de Recuperação de Áreas Degradadas a fim de recuperar de áreas que são identificadas com risco de degradação ou degradadas nos limites do Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté. Dessa forma, o programa possibilita uma possível melhoria na qualidade de vida aos habitantes do entorno e uma

gestão ambiental mais efetiva, visto que o parque está inserido em uma Área de Preservação Ambiental (APA).

Figura 21 -Implantação do Parque Abaeté.



Fonte: <http://lfpaisagismo.com.br/>, 2014.

Para os moradores de Salvador, a Lagoa do Abaeté é sagrada, duas lendas principais explicam a história desse corpo d'água. A primeira conta que uma índia iria se casar, contudo, no dia do casamento o índio desapareceu, dizem que por encanto. Então, esta começou a chorar tanto, que suas lágrimas resultaram na formação da lagoa. A outra, diz que ela é a morada de Iemanjá, onde a mesma fundou seu reino. Este parque é um exemplar de uma territorialização que tem como principal manifestação o território sagrado. O lazer aliado à crença afrorreligiosa neste espaço imprimem características peculiares na formação da identidade e cultura da Bahia.

2.1.1. Calçadão Asa Norte

Este espaço localiza-se às margens do Lago Paranoá, na capital federal do país, Brasília. O Calçadão da Asa Norte foi inaugurado em 2011, resultado das intervenções do Projeto Orla, com o objetivo de oferecer lazer e recreação à população que anteriormente procurava o local principalmente para pescar, contudo, o acesso era difícil e a área não possuía infraestrutura adequada, somado ao fato de que grande parte da orla do Lago Paranoá tinham se tornado praticamente áreas particulares em virtude do crescimento da cidade.

O calçadão possui 22.000 m² constitui-se de um espaço amplo, composto por um deck de grandes proporções, que abriga equipamentos como playground, ancoradouro, academia ao ar livre, estacionamento (com capacidade para cem vagas para carros, motocicletas e bicicletas), além de mobiliários como pergolados e bancos, assim como algumas áreas

cobertas. Outrossim, este parque linear que conta com aproximadamente 1 Km de extensão sedia atividades relacionadas à pesca, corridas e esportes náuticos, como passeio por caiaque.

Figura 22 -Calçadão da Asa Norte em Brasília.



Fonte: www.todomundoaqueialguem.com/, 2014.

Figura 23 - Tomadas gerais do Calçadão da Asa Norte (a. pier , b. área de ginástica c. área coberta e d. passeio de caiaque).



Fonte: <http://coletivo.maiscomunidade.com/>e <http://maravilhasdacapital.blogspot.com.br/>. Adaptado pelo autor, 2014.

A proposta deste parque integra principalmente a função social-lazer (FONTES E SHIMBO, 2003), além do que, por meio deste se permitiu uma nova apropriação do Lago Paranoá, através da abertura da permeabilidade para este. A função social de acesso e usufruto pelos habitantes nas áreas de orla constituem também um direito de viver a cidade.

2.4. PROJETOS URBANOS EM ORLA NO CONTEXTO NORTISTA

2.4.1. Parque Naturalístico Mangal das Garças, Belém-PA

O parque naturalístico Mangal das Garças, situa-se na Amazônia Brasileira, Estado do Pará, na metrópole de Belém-do-Pará. Foi criado no ano de 2005 com 40.000 m² às margens da orla fluvial da referida cidade, de autoria do escritório paulistano da arquiteta-paisagista Rosa Kliass. Seu entorno é demarcado pela Rio Guamá e do centro histórico de Belém, contrastado pela sinuosidade de seu traçado e do aningal que o envolve.

A proposta inicial deste projeto consistiu em aliar a preservação da ambiental com espaços de lazer, permitindo que os usuários possam interagir com a paisagem e com os equipamentos e serviços oferecidos no local através representação de distintas macrorregiões florísticas do Pará, tais como, as matas de terra firme, as matas de várzea e os campos, além de sua abrigar fauna.

Figura 24 - Perspectiva do Parque Mangal das Garças.



Fonte: www.visao.sapo.pt, 2014.

Figura 25 -Vegetação nativa no Parque Mangal das Garças.



Fonte: www.viajeaquil.abril.com.br/, 2005.

O traçado contemporâneo acompanha a topografia local e harmoniza os acessos por meio de caminhos orgânicos que fazem referência aos meandros dos rios amazônicos (ver figura X). A vegetação utilizada, é em suma, nativa da região, exaltada principalmente pelas aningas como alternativa de restaurar a vegetação da nativa da orla (ver figura X). Além disso, foram empregadas espécies de forrações rasteiras e arbustos para garantir um efeito plástico positivo, no sentido de não se sobressair mais que o Rio Guamá.

Este espaço conta com a presença de um lago, onde habitam algumas espécies da fauna amazônica (como garças, maguaris, guarás, socós, marrecos, além de cágados e tartarugas).

Figura 26 -Fauna do Parque Mangal das Garças.



Fonte: <http://tvestaciofap.blogspot.com.br/>, 2014.

Em termos de equipamentos arquitetônicos, há um prédio em que está situada a administração do local, além dos viveiros de borboletas e beija-flores e o de pássaros (com proporções consideráveis e criado em função do desaparecimento desses animais com o desflorestamento).

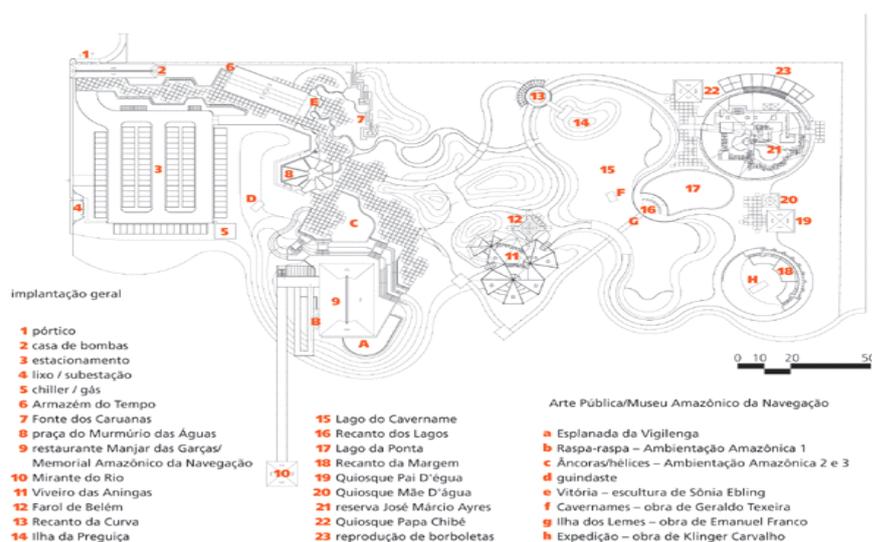
Figura 27 - Traçado do Parque Mangal das Garças.



Fonte: Leo Soares, 2005.

Além disso, os serviços de alimentação são ofertados em quiosques (culinária de iguarias regionais), há um edifício do Memorial da Navegação, restaurantes e o Farol de Belém, executado em parceria com a Marinha. Um dos pontos negativos do parque tange a cobrança de valores para adentrar em equipamentos como os viveiros, por exemplo, o que acaba por criar espaços segregados em função do arrecadação de capital. Contudo, o parque é um exemplo de espaço que apresenta a identidade amazônica principalmente pela incorporação da fauna e flora propostas na intervenção.

Figura 28 - Implantação geral do Parque Mangal das Garças.



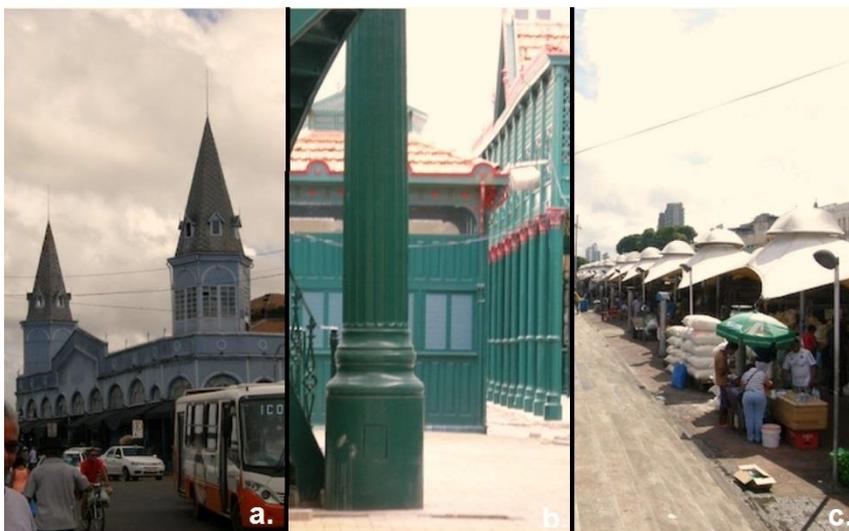
Fonte: <http://au.pini.com.br/>, 2014.

2.4.2. Projeto do Mercado Ver-o-peso, a feira livre.

O Mercado Ver-o-Peso localiza-se na cidade de Belém do Pará às margens da Baía do Guajará e corresponde ao complexo formado pelos mercados de carne, de peixe a feira livre, esta que se constitui a maior feira desta categoria da América Latina.

Esse mercado foi criado no ano de 1627 com intuito de promover a fiscalização das mercadorias e efetuar a cobrança de impostos para Portugal, por meio das Casas do “Ver-o-Peso”, o que a adquiriu a denominação popular de Ver-o-Peso ao local, tal qual, guarda uma história de transformações e significações desde o período colonial, o ciclo da borracha e aglutina sua história com a vida ribeirinha e a vida de metrópole.

Figura 29 - Tomadas gerais do mercado Ver-o-Peso (a. mercado de peixe , b. mercado de carne c. feira livre).



Fonte: <http://www.thegreenclub.com.br/>, 2014.

Entretanto, apesar de sua importância regional e local, o mercado Ver-o-Peso de modo especial a feira livre atráfa muitas críticas em função de sua desorganização espacial, em função de da distribuição irregular das barracas que formavam a feira, que não possuíam condições adequadas para seu devido funcionamento. Por estes motivos, realizou-se a revitalização de área consideradas degradadas no ano de 1998.

Figura 30 -Antiga organização da feira Ver-o-Peso.



Fonte: <http://somostodosedmilson.blogspot.com>, 2014.

O projeto consistiu no restauro e adequação do mercado de peixe e de carne, assim como na remodelação da feira do Ver-o-Peso, na reurbanização da praça do relógio e praça do açaí, além da restauração do Solar da Beira e Antigo Necrotério. Foi selecionado através do concurso público nacional promovido pela Instituto dos Arquitetos do Brasil em convênio com a Prefeitura Municipal de Belém. As mudanças mais notórias tangem à organização da

feira livre, que é palco da relação ribeirinho-metrópole e principal exemplo do cotidiano e das territorialidades recorrentes no mercado o encontro das relações urbanas com as rurais.

Figura 31 - Vista geral do Mercado Ver-o-Peso.



Fonte: www.folhadopara.com/, 2014.

Este projeto foi desenvolvido pelo escritório de arquitetura Flávio de Carvalho (RJ) e a execução ficou a cargo da empresa Pistelli Pelz. Como solução adotada reorganizou-se a distribuição espacial das barracas e instalou-se um sistema de cobertura tensionada por meio de lonas em uma área de 1.250 m², que abriga as diversas atividades da feira, como a venda de hortaliças, produtos curandeiros, venda de produtos como açaí, farinha, camarão e artesanatos cerâmicos. A estrutura deste espaço se dá pelo emprego de postes internos e externos de aço galvanizado, cabos de aço, anéis e chapéus de exaustão, que permitem ventilação, escoamento de água pluviais e a entrada de iluminação natural.

Figura 32 - Tomadas gerais da Feira do Ver-o-Peso. (a. vista lateral da estrutura , b. vista superior da estrutura c. vendas de farinha d'água e d. restaurantes).



Fonte: www.folhadopara.com/ e www.estruturas.arq.br/, 2014.

2.4.3. Orla Taumanan

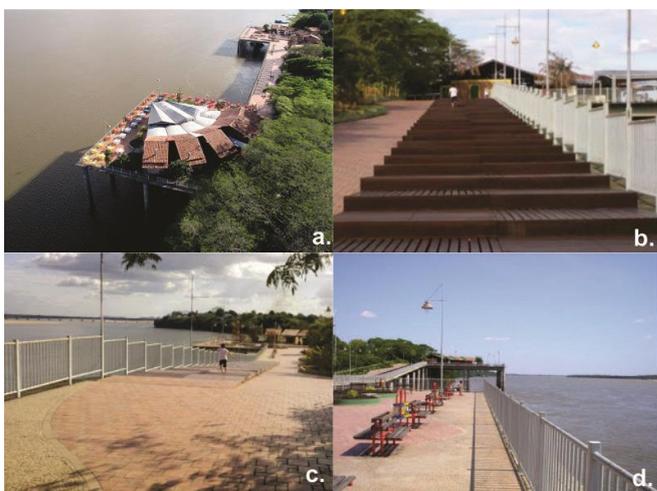
A Orla Taumanan se localiza às margens do Rio Branco, no centro da cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Este espaço público foi inaugurado no ano de 2004 e se caracteriza por sua grande estrutura suspensa por pilotis, composta por duas plataformas em diferentes níveis, uma mais baixa, denominada Weikeepá, a outra mais alta, chamada de Meiremê.

Figura 33 -Ortofoto da Orla Taumanan.



Fonte: www.droneaeroimagens.blogspot.com.br, 2014.

Figura 34 - Tomadas gerais da Orla Taumanan (a. Perspectiva superior, b. degraus de interligação c. degraus e rampa de interligação e d. mobiliário).



Fonte: www.droneaeroimagens.blogspot.com.br, <http://pensames.blogspot.com.br/> e <http://lizyjogueira.blogspot.com.br/>, 2014.

Ambas denominações são derivadas da língua dos índios Macuxi, respectivamente significando nascer do sol e arco-íris, além disso, o termo Taumanan significa “paz” para os indígenas. As duas plataformas interligam-se por uma ampla rampa feita de concreto e

também por degraus de madeira. Estas plataformas possuem áreas de alimentação e convivência, em que estão alocadas lanchonetes, restaurantes e lojas, que comercializam produtos regionais e atraem a população local e principalmente turistas.

Existem também na área, mobiliários como bancos, mesas e espaços para caminhada, andar de bicicleta, além do paisagismo aparente em canteiros e pela presença de mata ciliar – que parece estar sendo aniquilada pela construção. A implantação deste projeto fez com que orla se tornasse um dos principais pontos turísticos da cidade.

2.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROJETOS URBANOS EM ORLAS

De acordo com os exemplos de projetos urbanos apresentados nota-se que existem distinções e peculiaridades entre eles. Em um contexto mundial, há uma preocupação maior na restauração de orlas áreas degradadas, igualmente, estes projetos qualificam extensas áreas, seja por meio do emprego de pontos atrativos ou pela inserção de infraestruturas. Dentre as propostas apresentadas na escala ‘mundo’, a intervenção no rio Cheong Qye Cheon é a mais expressiva em termos de extensão e articulação política, a que mais se aproxima de um ideal de espaço público.

Por outro lado, no contexto brasileiro, as intervenções constituem-se em grande maioria de maneira pontual e com resquícios de qualificar áreas degradadas. As propostas realizadas se preocupam muito mais na criação de cenários e pontos atrativos para o comércio e lazer do que na qualificação de um espaço verdadeiramente público. Percebe-se também, que algumas delas levam em consideração as territorialidades dos habitantes locais, como as da Lagoa do Abaeté e do Projeto OrlaViva, mesmo que em uma abordagem reduzida.

Com relação ao contexto da Região Norte, verifica-se que há um distanciamento na maioria dos casos de um ideal de espaço público, assim como ocorre a criação de cenários em “áreas especiais” às margens dos rios. As intervenções propõem a transformação e agregação de valor por conta de um discurso de embelezamento, sem aproximar as propostas de algo mais palpável à população, tal como acontece no exemplo da Orla de Taumanan – que é um espaço mais voltado para turistas. Contudo, há um destaque em especial, para a cidade de Belém do Pará, pela inclusão do comércio informal, através das feiras, característica que não é usual na maioria dos projetos urbanos para orla e, desta forma, possibilita uma maior aproximação a um ideal de espaço público, bem como da incorporação das territorialidades como alternativa de análise do espaço.

3. ANÁLISE DO SÍTIO E DIAGNÓSTICO

Neste capítulo para facilitar a compreensão, optou-se pela divisão do conteúdo analisado mediante a utilização de aspectos e/ou dimensões, dentre os quais, apresentam-se como, aspectos físicos, urbanos e socioterritoriais, contudo, essa segmentação não significa que estas dimensões manifestam-se de maneira isolada.

O conteúdo de cada um dos aspectos mencionados será distribuído da seguinte forma: aspectos físicos, caracterizados pelas atribuições pertinentes ao clima, orientação solar, relevo, caracterização do solo e hidrografia; já os aspectos urbanos são tangenciais à evolução e expansão urbana, morfologia urbana, uso do solo, conectividade viária, tipo de arruamento e infraestrutura da orla como espaço livre público; enquanto que os aspectos socioterritoriais são atinentes à percepção do território da orla e suas consequentes territorialidades, através da identificação dos territórios como processos de apropriação que manifestam a cultura e as identidades locais, dentre os quais se destacam o território do cotidiano (entrevistas com a população), o território das trocas (formalidade e informalidade na economia da orla), o território de referência (marcos visuais, visão serial e mapas de território de referência) e o território sagrado (a simbologia das festividades e lendas). Nesse sentido, essas abordagens são primordiais à elaboração de subsídios para a intervenção urbana projetual a que se propõe este trabalho.

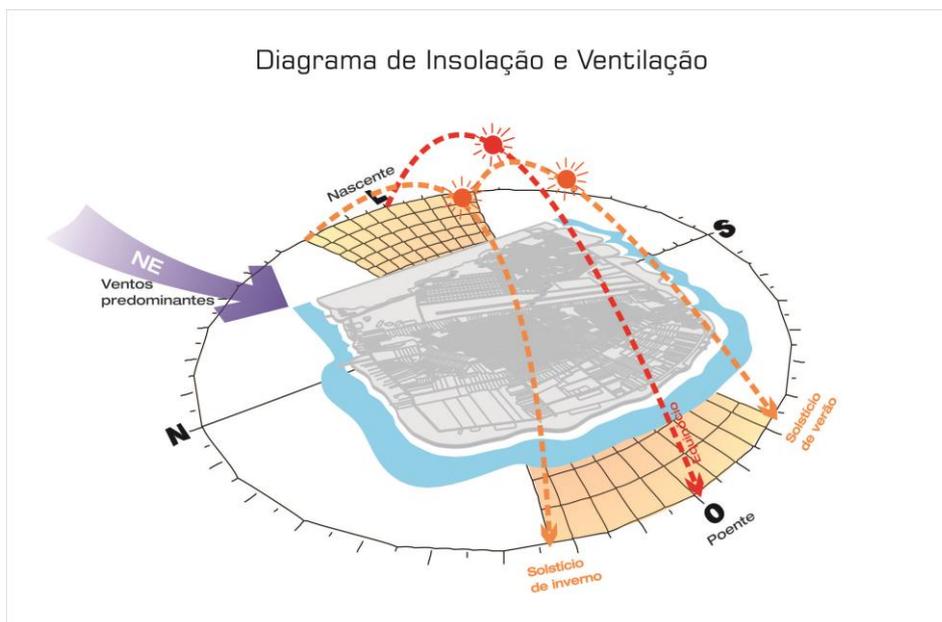
3.1. ASPECTOS FÍSICOS

3.1.1. Clima, Orientação solar e ventilação

Em virtude de sua localização as proximidades da linha do equador, a cidade de Afuá possui um clima equatorial. Não existem estudos pertinentes ao clima específico da cidade de Afuá, contudo, Cruz Segundo (2009) em seus estudos acerca do Arquipélago do Marajó (ao qual pertence Afuá) afirma que no referido a “temperatura média do ar em torno de 27 °C, mínima superior a 18 °C e máxima de 36 °C, sendo que a amplitude térmica não ultrapassa 5 °C e a umidade relativa sempre acima de 80% (CRUZ SEGUNDO, 2009, p. 37)”.

Além disso, dispõe de dados referentes à precipitação pluviométrica, na qual atinge cerca de 2.200 mm/ano. Ainda de acordo com Cruz Segundo (2009), em razão de Afuá pertencer ao Arquipélago do Marajó, estudos apontam que a “velocidade média anual do vento é de 2,4 m/s e a direção predominante é de nordeste, ambos a 10 metros de altura (CRUZ SEGUNDO, 2009, p. 38)”.

Figura 35 - Diagrama de insolação e ventilação na cidade de Afuá-PA.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

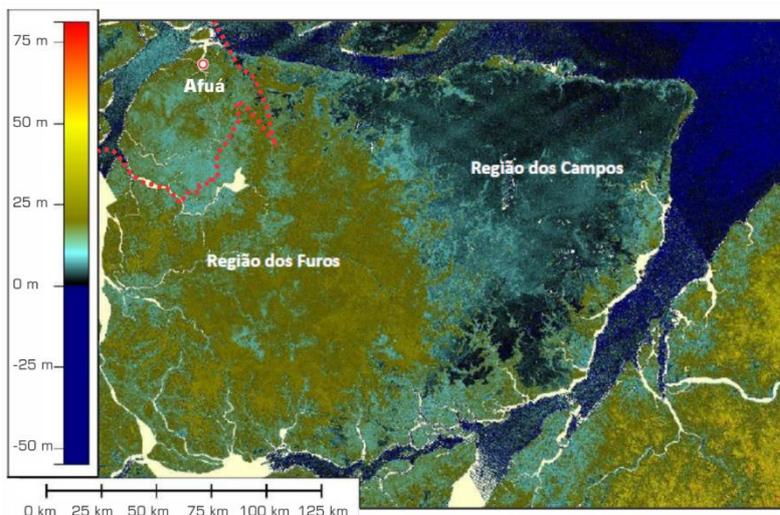
No que tange a ventilação predominante, esta é oriunda principalmente da direção nordeste (CRUZ SEGUNDO, 2009). No diagrama de insolação e ventilação, conforme mostrado acima, utilizou-se da carta solar de latitude 0° (FROTA; SCHIFFER, 2009), a fim de analisar a insolação em um contexto de cidade.

Logo, a “frente da cidade” localizada na margem do Rio Afuá é orientada a oeste, recebe insolação direta o ano inteiro, enquanto que as margens correspondentes ao Rio Marajózinho (sul) e Rio Cajuúna (norte) não recebem insolação em todos os meses do ano. As datas correspondentes ao Solstício Verão e Inverno, são 22 de junho e 22 dezembro, respectivamente, já o equinócio ocorre nas datas de 21 de março e 24 setembro.

3.1.2. Relevo, caracterização do solo e hidrografia

No que corresponde ao relevo da cidade de Afuá, este pode ser caracterizado segundo a conformação das feições de relevo relacionadas ao Arquipélago do Marajó, o qual apresenta duas regiões predominantes, a região dos campos, constituída pelo Planalto Rebaixado da Amazônia sendo a mais elevada e a região dos furos, que constitui a Planície Amazônica, a mais baixa, conforme a figura 42, que exhibe as feições gerais do relevo do Arquipélago do Marajó (OTCA; GEF; PNUMA, 2012).

Figura 36 - Mapa de inserção do município e sede de Afuá no relevo do Arquipélago do Marajó, em destaque a região dos campos (Planalto Rebaixado da Amazônia), mais elevada e dos furos (Planície Amazônica), mais baixa.



Fonte: Avaliação Ecológica e Seleção de Áreas Prioritárias à Conservação de Savanas Amazônicas no Arquipélago de Marajó, Estado do Pará. Adaptado pelo autor, 2014.

De acordo com Cruz Segundo (2009, p. 36) o arquipélago do Marajó se insere “morfoestruturalmente, na unidade do Planalto Rebaixado da Amazônia (do Baixo Amazonas), com uma pequena variação para a Planície Amazônica. Todos os municípios possuem relevo aplainado com cotas baixas, de no máximo 20m” (CRUZ SEGUNDO, 2009, p. 36).

Figura 37 - Mapa de solo e hidrografia de Afuá-PA.



Fonte: base cartográfica de Secretaria de Infraestrutura do Município de Afuá do autor. Elaborado pelo autor, 2014.

Entretanto nos municípios como Soure, Afuá e Portel essas cotas são baixas, já que a topografia alcança suas cotas máximas em 5m, 4m e 3m a 4m, respectivamente para estes municípios. Contudo, na coleta de informações perante a secretaria de Infraestrutura de Afuá informou que não há nenhuma carta topográfica da cidade.

Nessa conjuntura, elaborou-se um mapa esquemático de solo e hidrografia da referida cidade, destacando o tipo de solo e os principais corpos d'água que formam a cidade.

Ainda conforme o referido autor, a Região dos Furos também conhecida como "Furos de Breves" (a qual inclui o município de Afuá) possui a predominância de solos caracterizados pela presença de florestas de terra firme, florestas inundáveis (várzea e igapós) e florestas secundárias.

Em função dessas características a cidade de Afuá, pode ser principalmente classificada por seu solo de várzea, já que em períodos específicos ocorrem enchentes dos rios que inundam toda cidade, denominados de "lançantes".

Figura 38 - Típica enchente de lançante na cidade de Afuá-PA.



Fonte: www.parachaves.blogspot.com, 2014.

3.2. ASPECTOS URBANOS

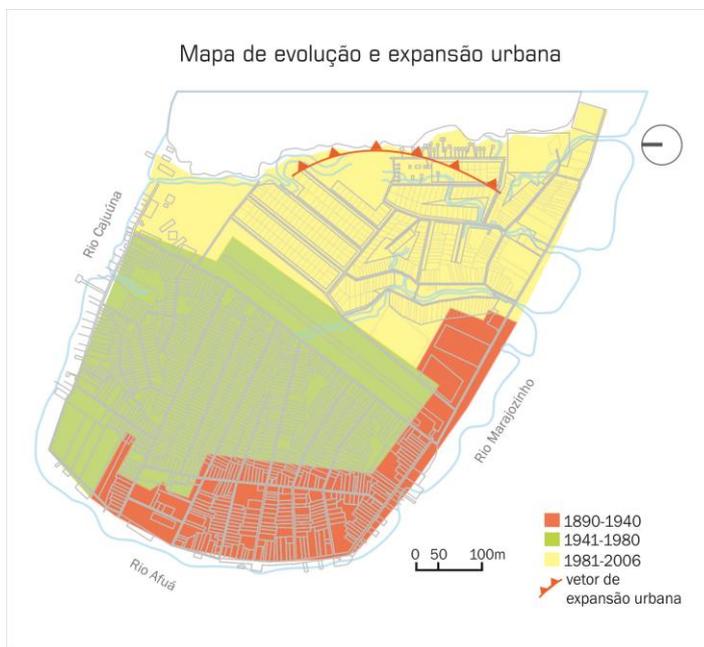
3.2.1 Evolução e expansão urbana

Em razão do povoamento da cidade de Afuá possuir origens ligadas a padrões urbanos coloniais (como por exemplo, as centralidades e o desenvolvimento do núcleo urbano levarem em consideração a proximidade e a referência a igreja matriz) e pela própria configuração ribeirinha, "o que implica na função que lhe deu origem, ou seja, um entreposto comercial" (DIAS, 2012, p.3).

O trecho mais antigo da cidade constitui-se pela orla, a evolução da ocupação urbana que se estende de noroeste a leste na cidade de Afuá entre o período de 1890 a 1940. Por conseguinte, no intervalo dos anos de 1941 a 1980 esta foi dirigida do sentido norte ao centro do sítio urbano, além do que avança na direção leste com a construção de um aeródromo (também conhecido como aeroporto municipal).

Já nos anos de 1981 a 2006, a cidade passa a sediar uma nova área denominada de “Capim-marinho” ou “Capinlândia” com o vetor de expansão de nordeste a leste até os dias atuais. A evolução da ocupação na cidade em um sítio alagadiço e de várzea permitiu a formação de dois bairros principais: o *Central* e o *Capim-marinho/Capinlândia*.

Figura 39 - Mapa de evolução e expansão urbana da cidade de Afuá-PA.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Município de Afuá. Adaptado pelo autor, 2014.

E o que marca a divisão, a fronteira entre os dois, é justamente a pista de pouso do aeródromo da cidade, localmente chamado de *pista*, que além da função de sediar pousos quase raros, é também um local em que os habitantes praticam exercícios e corridas. Além disso, ao analisar a ocupação a sentido leste, logo após o aeroporto existe um cemitério, que se encontra as margens do rio Marajózinho, o que separa o rio deste é a ponte que liga os dois bairros.

O cemitério é um equipamento urbano muito antigo segundo relatos dos moradores e o único da cidade, superlotado e ambientalmente nocivo, dada sua proximidade com o referido corpo d'água.

Figura 40 - Aeroporto e pista de pouso da cidade de Afuá-PA.



Foto: acervo do autor, 2014.

Há um dito popular na cidade que diz que “*quem morre em Afuá, morre duas vezes, uma vez de morte morrida e outra de morte afogada*”, já que o solo quando escavado é úmido e somado com o advento das marés altas, submergem o cemitério. Este problema assume uma condição negativa, em decorrência de seu potencial de contaminação.

Figura 41 - Cemitério da cidade de Afuá-PA.



Foto: acervo do autor, 2014.

Já no bairro Capim-marinho, as áreas em que a urbanização já se estabeleceu, a malha viária é totalmente em estivas de madeiras. As edificações são construídas em grande maioria em madeira e possuem acabamento e pintura através de cores contrastantes, conforme a figura 42.

Figura 42 - Edificações no bairro Capim-marinho.



Foto: acervo do autor, 2014.

Seguindo as áreas do vetor de expansão urbana da cidade de Afuá, na direção leste essa configuração sofre algumas alterações. Em alguns casos a “rua” ainda continua, contudo, as habitações são despidas de cor e cobertas de simplicidade, existindo apenas o fechamento em madeira com cobertura de fibrocimento e alguns casos a utilização de palha.

Figura 43 - Áreas que compõem o vetor de expansão urbana em Afuá-PA.



Foto: acervo do autor, 2014.

Figura 44 - Pequenas passarelas em áreas do vetor de expansão urbana em Afuá.



Foto: do autor, 2014.

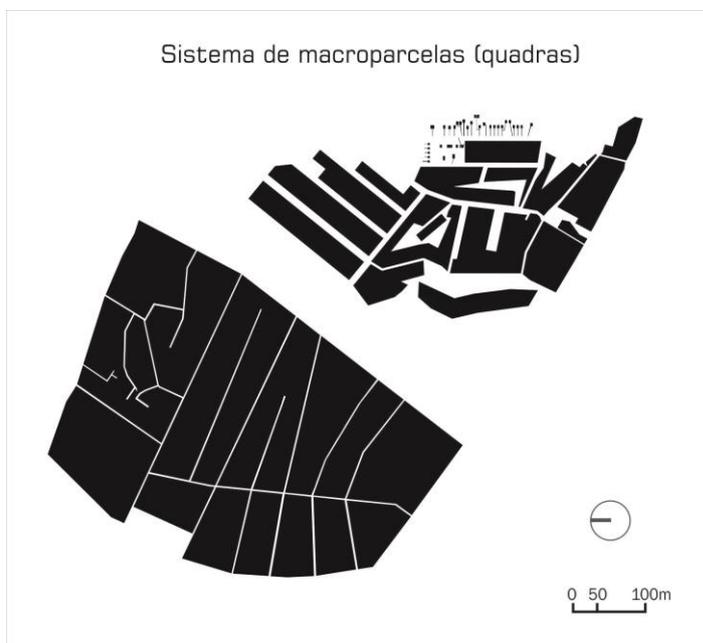
Nas áreas mais periféricas do vetor de expansão, há alguns casos em que na ausência do padrão de eixo viário, a população residente constrói diminutas estivas com tábuas de madeira para garantir o acesso entre suas moradias com o restante da cidade.

3.2.2. Morfologia urbana

Em se tratando da forma da cidade, (KOHLSDORF, 2005) propõe estudos baseados em categorias analíticas morfológicas, fundamentadas em projeções ortogonais do espaço, tais como planta baixa, malha urbana, macroparcelas e microparcelas, entre outros, tais quais revelam a morfologia da cidade e ajudam a identificar a forma da mesma, um dos produtos das relações sociais no espaço.

Essas projeções geométricas no plano horizontal revelam a condição do parcelamento do solo na cidade. Com base nesses estudos, foram elaborados mapas que mostram a relação das quadras e lotes, bem como sua configuração geral através de um sistema de macro e microparcelas.

Para Kohlsdorf (2005, p.4) as macroparcelas representam a “composição de polígonos, representando a divisão do solo em quadras, quarteirões ou superquadras” e as microparcelas representam “a divisão das macroparcelas”. Figura 45 - Configuração do sistema de macroparcelas em Afuá-PA.



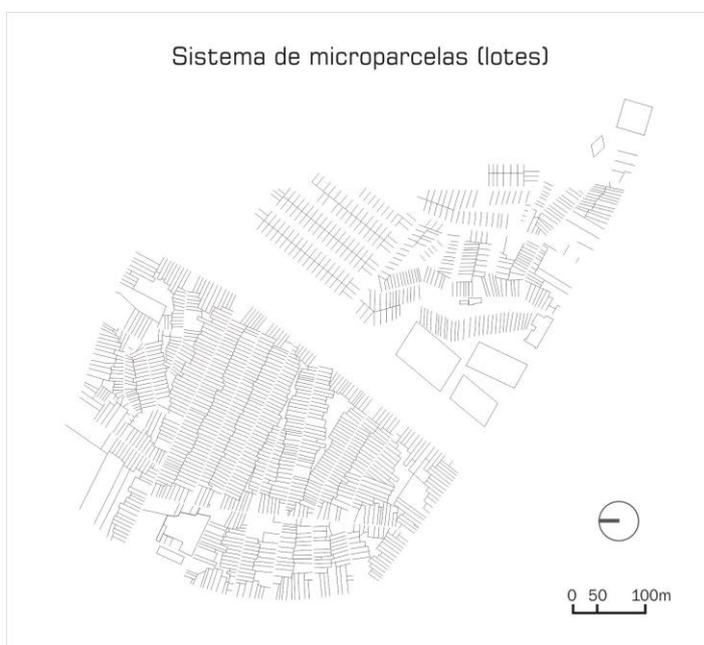
Fonte: base cartográfica Secretaria de Infraestrutura de Afuá. Elaborado pelo autor, 2014.

Em se tratando da análise do sistema de macroparcelas (quadras), o tecido urbano mostra-se irregular em função dos polígonos irregulares que constituem as quadras tanto no bairro *Central* como no *Capim-marinho*, com exceção de algumas que começam a tomar formas retangulares neste último.

Já no sistema de microparcelas, os lotes exibem mais irregularidades quanto à forma em relação às quadras. No bairro Central, as microparcelas são maiores variando de uma média de 10 metros de testada a 50 metros de comprimento, aproximadamente.

Essa configuração se altera em alguns pontos no bairro Capim-marinho em que os lotes sofrem redução em suas dimensões e, em alguns casos tornam-se regulares, como mostrado na parte superior esquerda da apresentada na figura 46. Mostram que as macroparcelas começam a ser planejadas e por conseguinte, há uma divisão mais formal e ordenada das microparcelas.

Figura 46 - Configuração do sistema de microparcelas em Afuá-PA.



Fonte: base cartográfica Secretaria de Infraestrutura de Afuá. Elaborado pelo autor, 2014.

3.2.3. Uso do Solo

O mapeamento cartográfico do uso e ocupação do solo é uma das ferramentas imprescindíveis na análise do sítio, pois atua como suporte das decisões nas diversas intervenções realizadas no espaço urbano.

Nessa conjuntura, Rodrigues (1986) explica que convencionou-se designar de uso do solo ao mapeamento cartográfico realizado em função do conhecimento da diversidade das atividades presentes no ambiente urbano, através do método sistemático de categorias pré-estabelecidas de acordo com propósitos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Rocha e Forest (1998), enfatizam que a principal característica do uso do solo é o mapeamento das relações socioeconômicas ocorridas no território, dentre as quais manifestam as relações de apropriação do espaço ocorridas por homens e mulheres com a natureza, tais quais impõem alterações significativas sobre a última.

Em função das informações exibidas acima, elaborou-se o mapa de uso e ocupação do solo no entorno imediato da orla de Afuá, que se deu mediante a coleta de informações *in loco* pelo autor. Tais informações, são tangenciais às atividades e usos presentes nas microparcelas (lotes) e áreas predefinidas (no caso de praças, portos, etc.) no trecho que varia aproximadamente de 100 a 300 metros (comprimento aproximado das quadras no sentido leste/oeste, o que constitui o entorno imediato).

Figura 47 - Mapa de uso e ocupação do solo da orla e entorno imediato da cidade de Afuá-PA.



Fonte: base cartográfica Secretaria de Infraestrutura de Afuá. Elaborado pelo autor, 2014.

As categorias de análise dispõem de informações de uso residencial, comercial, misto (dividido em três categorias, misto 1(comercial/residencial), misto 2(comercial/serviços), misto 3(residencial/serviços), educacional, institucional, lazer e recreação, praças, madeireiro, em construção, vazio, abandonado, cobertura vegetal e o porto/aeroporto.

Em se tratando das feições das atividades presentes na orla (ver figura 47), estas se exprimem pela variedade de usos incorporados na área. No trecho norte, os usos são predominantemente residenciais, contudo, com uma ampla presença de pequenos portos, dentre os quais são responsáveis pela ligação entre a cidade e as pequenas ilhas lindeiras do município de Afuá.

No segmento oeste, a variação de usos é mais expressiva, encontram-se desde madeiras, residências, pontos comerciais, áreas de uso misto, institucionais, cobertura vegetal no interior das macroparcelas(lotes), até usos educacionais e recreativos, com destaque aos espaços públicos (que são mais frequentes nesta área) e dos portos (privados e municipal).

Isto ocorre porque a “frente da cidade” é uma área histórica da cidade, umas das primeiras áreas a serem ocupadas, ali incorpora uma dinâmica que é mais ligada com a cidade de Macapá, em razão das grandes embarcações que atracam nos portos privados.

Já no trecho sul, os usos predominantes são constituídos pelo uso misto 1(comércio/residência), pelos serviços ofertados pelas feiras municipais de produtos alimentícios, companhia de eletricidade e cemitério, assim como alguns estabelecimentos comerciais que são pontuais e os trapiches relacionados a estes. Enquanto que a leste a cidade é circundada pela cobertura vegetal fechada.

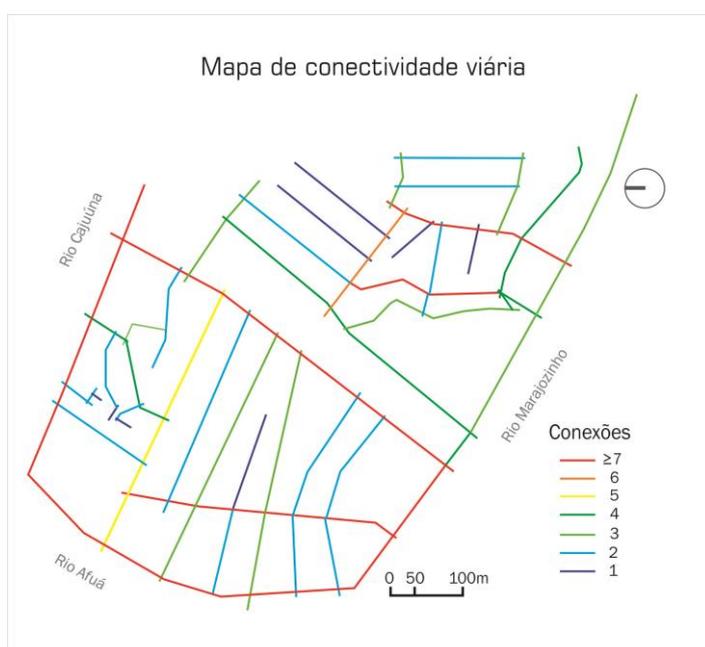
3.2.4. Conectividade viária

O mapa de conectividade mostra o grau de integração das áreas da cidade através da malha viária, além de mostrar a hierarquia entre as ruas em relação a seus diferentes usos. Este mapa se embasa na teoria da lógica social do espaço ou sintaxe espacial, que segundo Ribeiro e Medeiros (2012) “tem por foco o estudo das relações entre espaço e sociedade (RIBEIRO; MEDEIROS, 2012, p.126)”, tendo como principais variáveis de estudo a conectividade e integração da malha viária com os diversos espaços da cidade. Para estes autores, a conectividade é correspondente as conexões estabelecidas por um determinado eixo viário a qualquer outro sistema da cidade. A conectividade é representada por um mapa axial

formado pelos eixos viários do tecido urbano, que de acordo com o grau de integração permite a visualização de uma graduação de cores que variam de cores quentes a cores frias, respectivamente, das mais a menos integradas e/ou conectadas.

Dessa forma, este mapa (ver figura 48) mostra que os eixos viários compreendidos na faixa imediata da orla são mais integrados com os demais eixos, seguido de um eixo mais central da cidade (denominado localmente de *rua do meio* e que sedia um número considerável de pequenos comércios e serviços [ver mapa de uso e ocupação do solo] e do que liga as extremidades da orla com o tecido urbano central. Nesse sentido, percebe-se que a orla é a área em que os eixos viários são mais conectados com o restante da cidade.

Figura 48 - Mapa axial de conectividade da cidade de Afuá-PA.



Fonte: do autor.

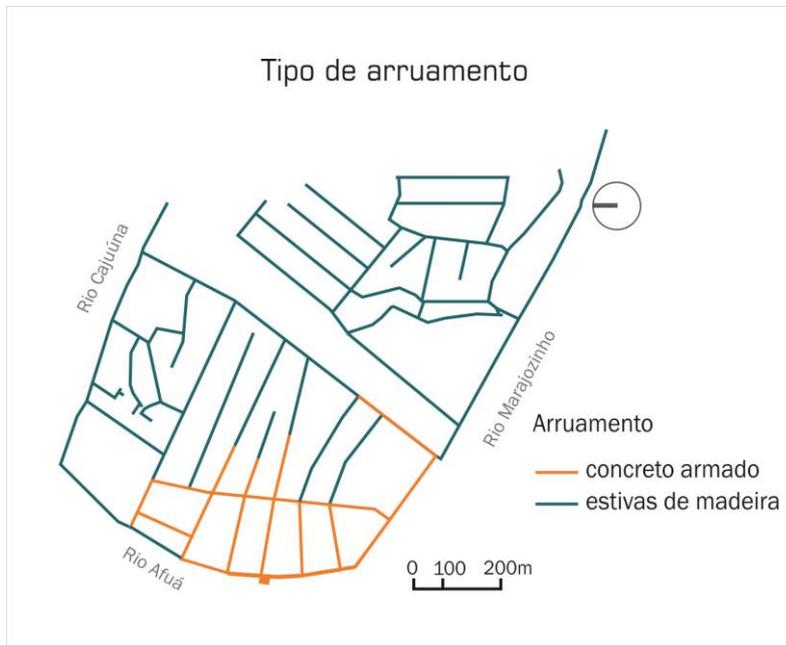
3.2.5. Tipo de arruamento

Devido a configuração urbana da cidade situar-se sob solo de várzea, a alternativa utilizada para estabelecer a mobilidade na cidade se deu com a criação e estruturação das vias mediante o emprego de estivas. Segundo Dias e Silva (2011) a:

articulação das —vias-estivas interligando os espaços da cidade articula as diferentes atividades (econômicas, culturais, sociais, políticas, entre outras), num movimento de pessoas, bicicletas, mercadorias, informações, num incessante ir e vir, impondo o ritmo da cidade marca o espaço vivido pelas pessoas (DIAS; SILVA, 2011, p. 13).

A caracterização dessas vias se dá em função de que estas são apoiadas e revestidas em madeira ou concreto armado, caracterizando assim, duas tipologias de arruamento. A distribuição dessas vias ao longo do tecido urbano é mostrada no mapa abaixo.

Figura 49 - Mapa do tipo de arruamento da cidade de Afuá.



Fonte: Adaptado de Secretaria de Infraestrutura do Município de Afuá.

Tais vias são denominadas popularmente de *ruas* pelos habitantes da cidade. Possuem em média aproximadamente três metros de largura e cerca de um metro e vinte centímetros acima do solo, em função da área alagadiça e das cheias das marés. Na imagem abaixo, tem-se um exemplo típico das vias de madeira presentes na maior da parte da cidade.

Figura 50 - Tipologia de via de madeira na cidade de Afuá.



Foto: acervo do autor, 2014.

As vias em concreto armado alocam-se na parte mais antiga da cidade, e contornam um considerável trecho da orla situada entre o Rio Afuá e Rio Marajózinho.

Figura 51 - Via de concreto armado na cidade de Afuá-PA.



Foto: acervo do autor, 2014.

Tanto as ruas de concreto como as de madeira são dimensionadas para suportar cargas resultantes apenas do tráfego de pedestres, bicicletas, bicitáxis e veículos não-automotivos utilizadas para transporte de cargas, já que nesta cidade não existem veículos automotores em função da proibição por lei municipal. Estas peculiaridades configuram-se exemplos das transformações desenvolvidas no processo de apropriação do espaço urbano de Afuá, o que remete a tais formas territorialização.

3.2.6. Infraestrutura da orla como espaço público

As definições acerca da infraestrutura urbana correspondem segundo Braga (2006) às “estruturas urbanas físicas perenes construídas pelo poder público ou por concessionárias, a fim de constituir o suporte físico dos serviços urbanospúblicos básicos” (BRAGA, 2006, p. 11). Tais suportes físicos permitem a circulação de pessoas e produtos, possibilitam a distribuição de serviços como saneamento básico, eletricidade, bem como, a utilização dos espaços públicos.

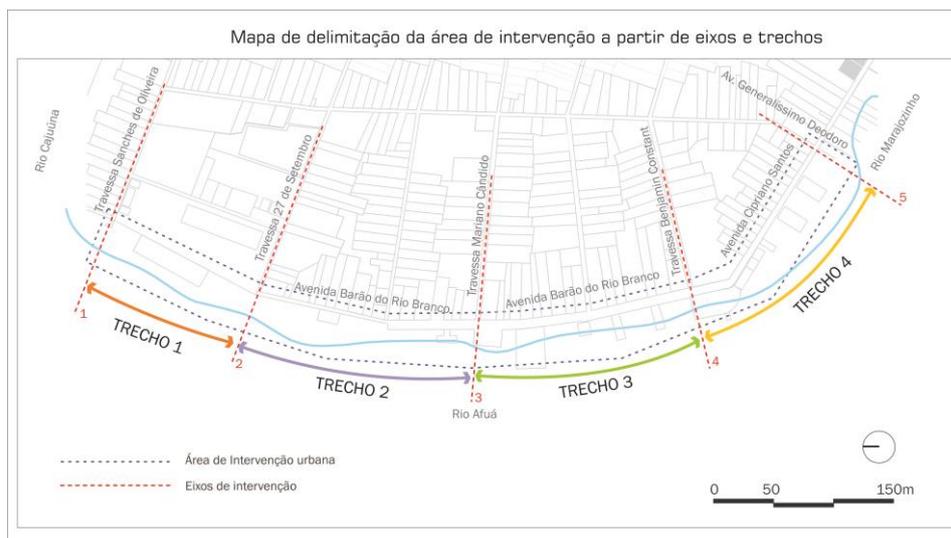
Moreira(2002) define infraestrutura urbana como um conjunto de sistemas técnicos formado por equipamentos e serviços necessários à execução de funções urbanas, dentre as quais se definem em três aspectos: social, que tange às condições de moradia, educação, segurança, saúde, trabalho e lazer; econômico, relacionado ao desenvolvimentos de atividades

que visam a produzir e comercializar os bens e serviços; institucional, oferece formas de desenvolvimento às atividades políticas e administrativas da cidade.

Nesse sentido, a fim de se obter um diagnóstico da infraestrutura da orla da cidade de Afuá, realizou-se o mapeamento cartográfico por meio de levantamentos de campo, juntamente com a base cartográfica disponibilizada pela secretaria de infraestrutura da cidade e com o auxílio de registros fotográficos. Optou-se pela segmentação da orla em quatro trechos (ver figura 52), a extensão dos mesmos não consiste no perímetro total da orla da cidade, mas pela faixa de orla compreendida da Travessa Sanhes de Oliveira à Avenida Generalíssimo Deodoro.

O perímetro escolhido se deu em função de que esta área possui mais movimentos de pessoas e mais áreas de permanência. Dessa forma, por meio da descrição dos seus trechos e áreas mencionadas, se analisará a infraestrutura deste espaço público em relação a seus equipamentos e mobiliários urbanos.

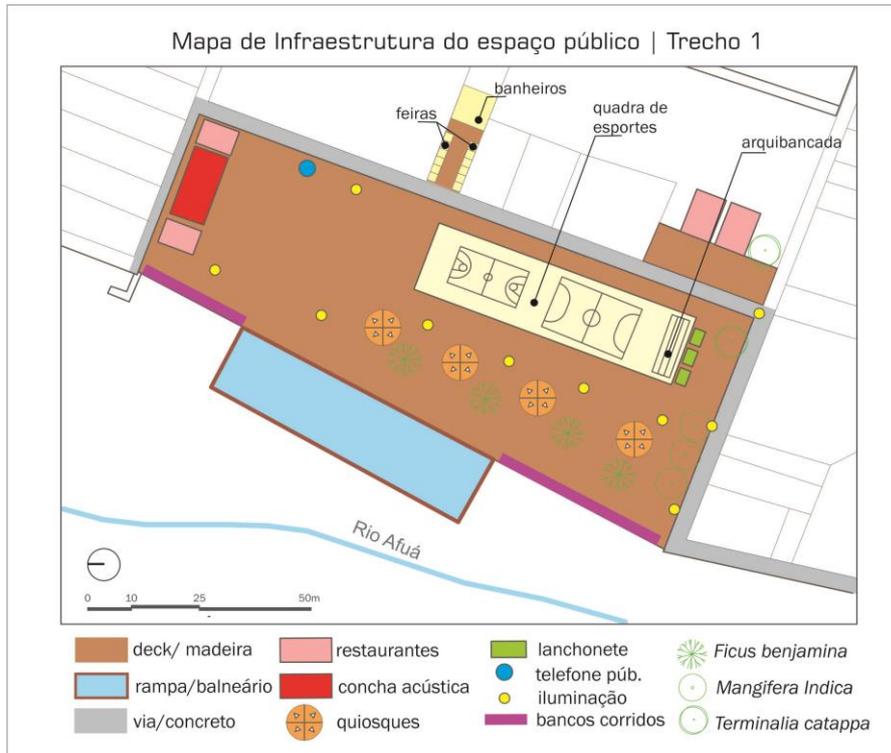
Figura 52 -Segmentação dos trechos de análise na orla de Afuá-PA.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

O trecho 1 compreende a faixa de orla entre a Travessa Sanhes de Oliveira e a Travessa 27 de Setembro, entre os eixos 1 e 2. Esta área é caracterizada principalmente pelos equipamentos urbanos que possui, voltados ao lazer e recreação e principalmente ao contato com a água.

Figura 53 -Mapa de infraestrutura do trecho 1.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Dispõe de um grande deck de madeira, uma grande quadra de esportes, quatro restaurantes regionais, quatro quiosques, uma concha acústica e um balneário popularmente chamado de “rampa da quadra”, além de possuir sinal de transmissão de internet wi-fi gratuito.

Figura 54 - Tomadas gerais da infraestrutura do trecho 1 (a. quadra de esportes, b. concha acústica, c. restaurantes e d. quiosque e balneário).



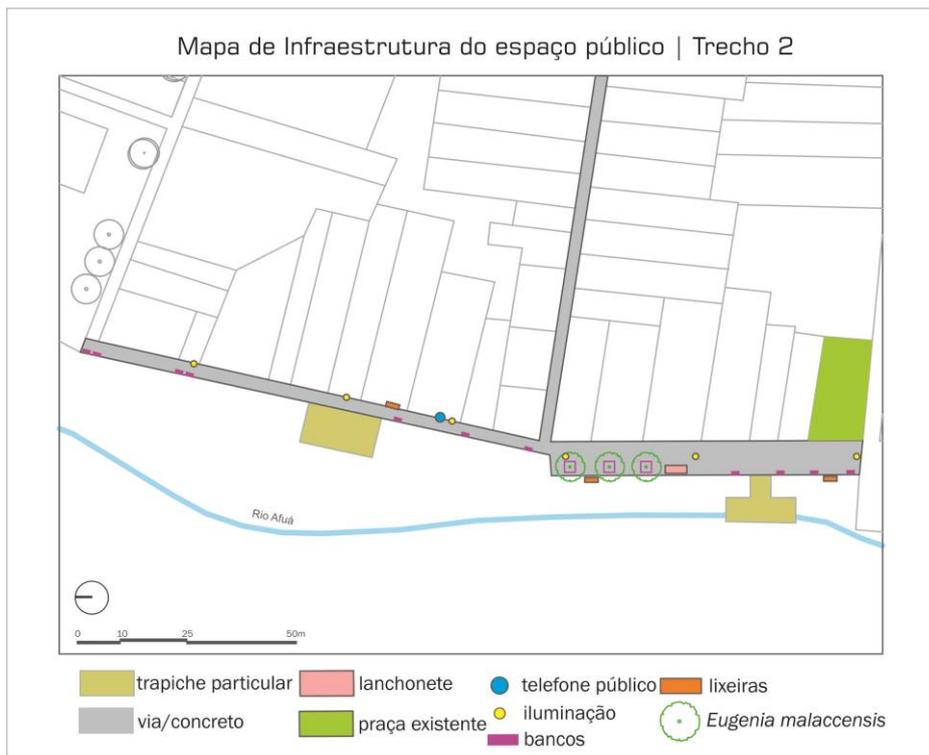
Foto: acervo do autor, 2014.

Nesse espaço acontecem as principais manifestações culturais da cidade, como um festival denominado de Festival do Camarão, além de outras festividades relacionadas à festas folclóricas e civis.

Atualmente isto foi reformado em função do Festival do Camarão, ocorrido no mês de Julho deste ano. Possui poucos mobiliários disponíveis ao público, dentre os quais consistem em bancos corridos ao longo do guarda-corpo da orla, luminárias altas e pouca arborização, composta por extratos arbóreos de grande porte pontuais, como a mangueira (*Mangifera indica*), castanhola (*Terminalia catappa*) e ficus (*Ficus benjamina*).

Já o trecho 2, constitui-se pela área compreendida pelos eixos 2 a 3, entre a Travessa 27 de Setembro e Travessa Mariano Cândido. O trecho mencionado possui pouca infraestrutura disponível. Além da iluminação pública e alguns bancos ao longo da orla de forma muito pontual, a área possui arborização pontual de ato porte composta por jambeiros (*Eugenia malaccensis*) rodeados por bancos, uma lanchonete (que funciona no período noturno), dois pequenos portos privados e uma pequena praça pouco utilizada.

Figura 55 -Mapa de infraestrutura do trecho 2.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Figura 56 - Tomadas gerais da infraestrutura do trecho 2 (a. vista da rua, b. porto privado, c. extrato arbóreo e d. praça).



Foto: acervo do autor, 2014.

Além disso, nesse trecho a orla apresenta danos em seu guarda-corpo, em alguns casos os danos são consideráveis, o que torna a área perigosa, principalmente pelos riscos de afogamento. Soma-se a isto, o fato de que os bancos utilizados não oferecem condições de conforto ambiental necessárias aos usuários, em função do material utilizado ser o concreto armado, o qual possui transmitância muito elevada, causando desconforto ao usuário durante o dia.

Figura 57 - Degradação no guarda-corpo e bancos.



Foto: acervo do autor, 2014.

Em relação ao trecho 3, abrange a área de orla que vai da Travessa Mariano Cândido à Travessa Benjamin Constant, ou seja, do eixo 3 ao 4. Este trecho é mais diferenciado, possui mais infraestrutura do que os restantes. É caracterizado principalmente pela presença do trapiche municipal e do mercado de carne, como também pela Praça da Bandeira – localizada

em frente à Câmara Municipal da cidade que possui o estilo Art Déco –, além dos diversos trapiches que ora são particulares ora estão ligados ao abastecimento do mercado.

Constitui-se a área mais arborizada dentre os trechos com extratos arbóreos e grande porte compostos por castanholas (*Terminalia catappa*), ficus (*Ficus benjamina*) e jambeiros (*Eugenia malaccensis*). Além do que, de modo particular, os moradores locais criaram alternativas de manutenção das árvores localizadas no leito do Rio Afuá, a mesma fica envolvida por uma espécie de canteiro de madeira, que impede que sua estrutura se desestabilize com as marés.

Figura 58 -Canteiro no leito do Rio Afuá.



Foto: acervo do autor, 2014.

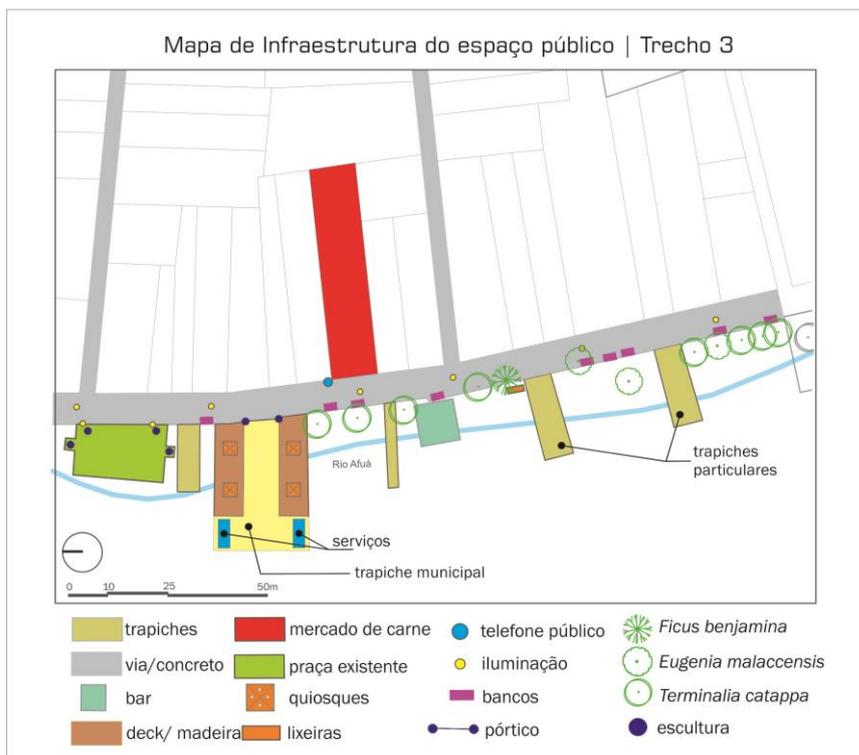
Figura 59 - Tomadas gerais da infraestrutura do trecho 3 (a. mercado de carne municipal, b. praça da bandeira, c. Câmara Municipal e d. Trapiche Municipal).



Foto: acervo do autor, 2014.

Já o trapiche municipal além da função de embarque/desembarque de pessoas, também abriga quatro quiosques que oferecem serviços alimentícios, contudo não permite a entrada de bicicletas nem de atividades de embarque e desembarque de mercadorias. Adiciona-se à isto que neste trecho as áreas de permanência constituem-se pelos bancos alocados ao longo da via. Esta área possui considerável movimento comercial durante o dia, em função do mercado de carne e dos diversos estabelecimentos comerciais em seu entorno.

Figura 60 -Mapa de infraestrutura do trecho 3.

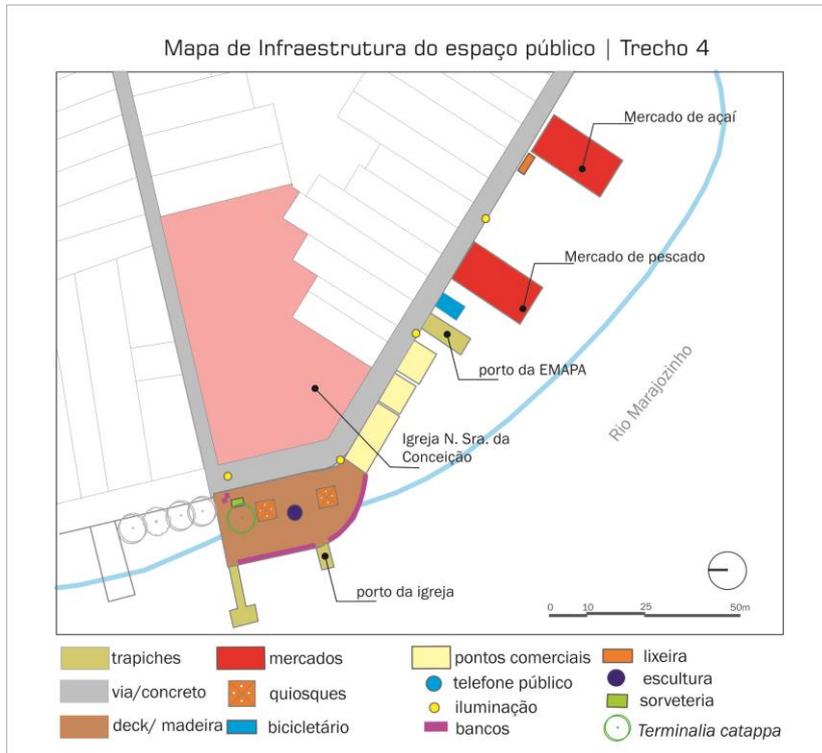


Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Em se tratando do trecho 4, o mesmo compreende da área a partir da Travessa Benjamin Constant a à Avenida Generalíssimo Deodoro. Evidenciado pela presença da Igreja Matriz de Afuá de Nossa Senhora da Conceição, bem como pela presença de dois mercados, o mercado do pescado ou feira do produtor e o mercado de açai. Nesta área alguns pontos comerciais alocados na orla obstruem a vista do rio.

Além disso, há a presença de pequenos portos, dois são acessados pelo largo construído em madeira localizado em frente a referida igreja. Há também um pequeno porto, em que possibilita a travessia à outra margem do Rio Marajózinho em que funciona uma empresa madeireira que possui alguns trabalhadores da cidade de Afuá.

Figura 61 -Mapa de infraestrutura do trecho 4.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Figura 62 - Tomadas gerais da infraestrutura do trecho 4 (a. Igreja matriz, b. largo e quiosque, c. feira do pescado e d. feira do açai).



Foto: acervo do autor, 2014.

Em termos de infraestrutura a área apresenta pouco mobiliário urbano compreendido por bancos, dois quiosques e iluminação pública, além da presença de apenas uma árvore de grande porte.

3.3. ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS DA ORLA DE AFUÁ COMO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO

3.3.1. Territorialidades reveladas: percepção do território da orla

As territorialidades como produto e representação do território advindo das apropriações no/do espaço podem ser representadas conforme Raffestin (2003) como formas de identificação dos territórios. Nessa conjuntura, o autor propõe interpretações do território baseadas em instâncias em que a cultura e o cotidiano são indispensáveis para tal abordagem. Com base nessas propostas, as análises do(s) território(s) neste aspecto tratarão de quatro interpretações acerca da relação sociedade-território, na tentativa de revelação dessas práticas e exercícios, tais quais destacam-se o território do cotidiano, o território das trocas, o território de referência e o território sagrado.

3.3.1.1. *O território do cotidiano: entrevistas com a população*

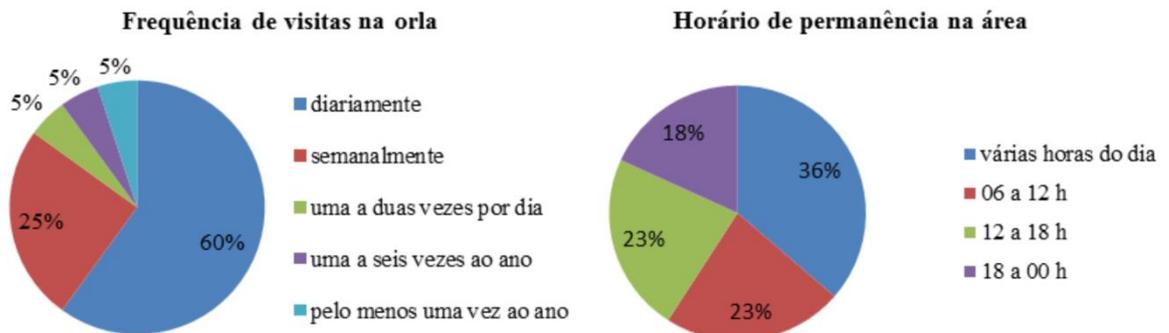
Um dos métodos de apreensão do cotidiano dos habitantes de Afuá e de suas práticas socioterritoriais na orla da cidade, além da observação foi a aplicação de questionários. A elaboração destes levou em consideração quatro segmentos.

O primeiro é relativo a questões pessoais, relacionado com os dados do entrevistado (nome, idade, sexo, local de residência bairro e profissão). O segundo acerca do reconhecimento da área, com perguntas relacionadas aos trechos de permanência na orla, assim como a frequência, horário e se continuaria a visitar o local de maneira mais frequente caso fosse possível. O terceiro, concerne à experiência do entrevistado no local (motivos de frequentar a orla, à atividades que não são comuns no dia a dia e à segurança). E por fim, questões de opinião pessoal (acerca do que mais gosta e menos gosta na área, possíveis mudanças, importância da área para o entrevistado e para a cidade), assim como, sobre elementos que simbolizam a cidade de Afuá.

Foram aplicados vinte questionários com uma amostra da população de faixa etária entre 11 a 65 anos de idade, no sentido de obter informações de diferentes pontos de vista sobre o cotidiano dessa população e das práticas sociais na cidade. Perguntou-se sobre os trechos que os entrevistados mais permaneciam, dado que estes puderam identificá-los através da planta da área em questão. Em função disso, elaborou-se um mapa que atribui valor aos trechos mais frequentados. O trecho 1 conforme os questionários mostrou ser o mais frequentado, seguido do trecho 3, depois o trecho 4 e, por conseguinte, o trecho 2.

Os motivos de frequentar a área são diversos, tais como, por razão de estudos, residência, local para as compras, local de trabalho, apreciação da natureza, do rio, encontro com os amigos, acesso a internet livre, jogo de futebol e fins recreativos.

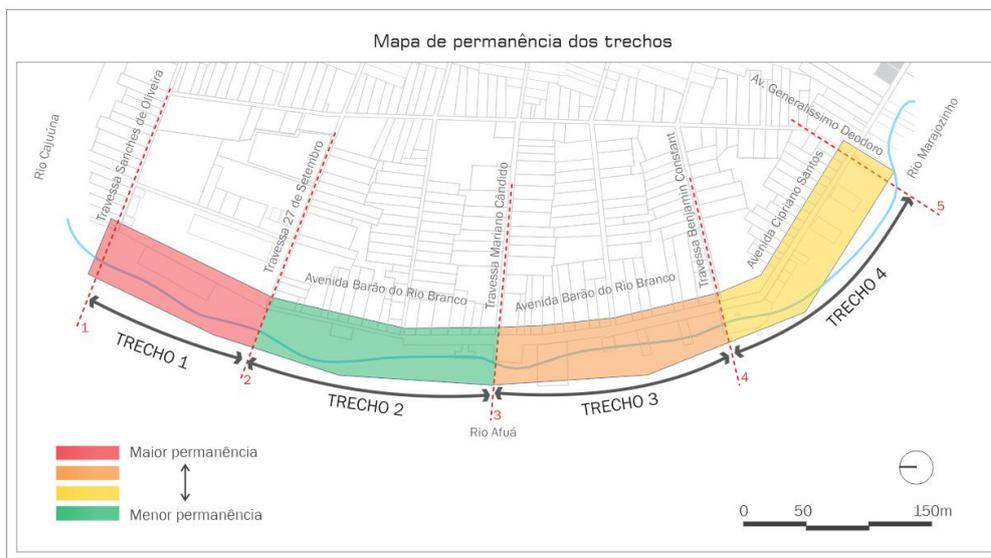
Figura 63 – Gráficos com informações acerca da frequência e permanência nos trechos da orla de Afuá-PA.



Fonte: acervo dos autores, 2014.

Sobre as atividades não comuns ao dia-a-dia, eles informaram que em datas específicas acontecem alguns eventos como o Festival do Camarão e o Círio de Nossa Senhora da Conceição, assim como outros de pequeno porte.

Figura 64 - Mapa de permanência dos trechos da orla de Afuá-AP.



Fonte: do autor, 2014.

No que diz respeito ao que “mais se gosta na área”, as respostas dos entrevistados foram relativas a apreciação da paisagem, da busca da orla como forma de lazer e recreação.

Já no aspecto do que “não se gosta da área”, responderam acerca da iluminação pública, da poluição sonora, do alcoolismo, da poluição por meio do descarte de lixo.

Figura 65 - Ilustração do cotidiano na orla de Afuá-AP.



Fonte: do autor, 2014.

Além das informações expostas acima, os entrevistados em sua maioria destacaram a importância da orla para a cidade e para eles próprios, responderam que a orla serve como ponto de encontro da população, para o acontecimento de eventos na cidade, para passeio, como um espaço em que a cultura ribeirinha se manifesta, a porta de entrada da cidade, um lugar em que há mais liberdade na cidade e onde se tem mais movimento.

As mudanças propostas pelos entrevistados constituem-se em mais áreas de lazer, praças de convivência, arborização, parque para crianças, espaço para pedestres, organização de um espaço físico para a área do mercado, áreas para prática de esportes, áreas cobertas, locais para geração de renda, mais segurança e coleta de lixo.

3.3.1.2. O território das trocas: formalidade x informalidade na economia da orla

O usos e apropriações nos/dos espaços públicos na cidade de Afuá na perspectiva do território de trocas é evidenciado principalmente pelas relações comerciais ocorridas na orla da cidade. Ora pela relação de trocas entre o urbano e rural nas relações dos mercados de carne, pescado e açaí, ora pela articulação regional e local dada pela hidrodinâmica materializada nos portos e nas viagens ao longo dos rios.

Vargas (2002) discursa sobre a relação comercial com os espaços públicos da cidades. Para esta autora há uma forte ligação do comércio com a cidade, que é evidenciada na origem das relações urbanas. Parte do pressuposto que para “o comércio existir é necessário o

encontro, o comércio carrega, por natureza, a noção do ser coletivo, do ser público, o de acontecer num espaço público (VARGAS, 2002, p. 2)”.

As relações comerciais destacadas pela referida autora possuem caráter de ato público e coletivo. Afirma que “é oportuno reconhecer, que se para o comércio existir é necessário o encontro (Id., 2002, p. 2)”, o comprador e o vendedor ao interagirem nessas relações comerciais acabam por inserirem no espaço práticas sociais que veiculam relações de trocas no território.

Rojas (2010) analisa a interação entre formas sociais e racionalidades incidentes na ordenação do espaço público, através da interpretação das práticas sociais desenvolvidas pelas relações comerciais formais e informais. Nesse sentido, as práticas sociais comerciais resultam em territorialidades reveladas no cotidiano, importantes na identificação da interação formal e estatal em contrapartida à atividades tidas como informais.

Figura 66 -Formalidade e informalidade no território de trocas dos mercados.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Dessa forma, espaços formais são descritos como espaços planejados, por meio de ações guiadas por intervenções estatais, enquanto que, os espaços informais, constituem-se produtos ações não planejadas pelo Estado, espaços não privilegiados no planejamento urbano usual (POLITECHNIKA KRAKOWSKA, 2006). Nesse sentido, os espaços formais na economia da orla de Afuá são tangenciais àqueles em que há a intervenção estatal para que suas atividades aconteçam, neste caso, esses espaços são caracterizados principalmente pelos

mercados municipais ao longo deste espaço público. E a informalidade, ou seja, espaços não planejados, situam-se no entorno ou periferia dos mercados.

A figura acima, mostra basicamente a relação entre o formal e o informal na economia urbana da orla de Afuá. O movimento de pessoas ocasionado pelo mercado de carne, que funciona principalmente no período matutino, “atrai” a economia informal de pequenos vendedores de hortaliças, frutas e de artigos como roupas e utensílios domésticos. Os quiosques do trapiche municipal – um espaço formal – iniciam suas atividades em consonância com o mercado de carne e as estendem até o período noturno, com a comercialização de alimentos. Contudo, em volta do mesmo há ambulantes que também comercializam esses produtos, mas de maneira informal, não “enquadrados” pela formalidade do planejamento do município. Essa relação igualmente ocorre nos mercados de pescado e açai, nota-se a presença de feirantes e ambulantes aos arredores destes.

Figura 67 -Formalidade e informalidade no território de trocas dos portos.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Por outro lado, há também a relação formal e informal oriunda dos portos. O porto ou trapiche municipal dispõe de regras que não permitem embarque/desembarque de mercadorias, funciona apenas como terminal de passageiros, em contrapartida, as embarcações menores atracam em trapiches não oficiais. O mesmo acontece com os portos

privados e no porto da Igreja Matriz, ao seu redor acumulam-se pequenas embarcações ribeirinhas que têm dificuldade de atracar em função de não possuírem espaço definido.

3.3.1.3. O território de referência: pontos nodais, marcos visuais, visão serial e mapas de território referência na orla

Lynch (1997) propõe interpretações e abordagens da cidade a partir da leitura visual, ou seja, do que chama de imagem da cidade. Essa imagem como classifica, não é apenas um objeto perceptível, mas produto dos atores sociais que modificam sua estrutura em função de razões particulares. Destaca a legibilidade, isto é, a capacidade de codificação mental da forma da cidade, "facilidade com qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente (LYNCH, 1997, p. 13)". Tal coerência, é crucial em relação à orientação dos habitantes da cidade, pode ser compreendida por elementos aos quais o autor, denomina de caminhos, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes, os quais subdivide como pontos nodais e marcos visuais (LYNCH, 1997).

Esses pontos marcantes são representados por determinados objetos físicos, de maior evidência em relação à outros, o que implica na localização de determinado sujeito na cidade, isto é, "desempenham a função constante de símbolo de direção" (LYNCH, 1997, p. 59).

Já os pontos nodais, constituem-se de pontos estratégicos que permitem a entrada do observador, são focos de atração de movimento, enquanto que os marcos visuais, referem-se a elementos pontuais em que observador não adentra, destacam-se por sua singularidade no contexto da cidade, como por exemplo, torres, domos, edifícios, esculturas, entre outros. Ambos elementos despertam a memória de referência no espaço, constituem a "matéria memorável" (MOURA, 2012) através do ambiente construído.

Por sua vez Cullen (1983), propõe estudos acerca do espaço apropriado, por meio da leitura da paisagem urbana, com destaque ao que chama de visão serial, originada por percepções sequenciais no espaço urbano, a partir do movimento e da dinâmica do observador. Consiste na representação em planta e em ilustração percepção de um indivíduo que "vive" a cidade.

Para Moura (2012) essas referências cotidianas do território são possíveis em função do que denomina de "sinais de memória", mecanismos com os quais populações se adaptam à "dinâmica natural do mundo ao passo que se materializa o tempo no espaço" (MOURA, 2012, p. 40) além do que "são unidades básicas de intersecção espaço/tempo com o qual desenvolvemos o arcabouço descritivo da dinâmica territorial" (MOURA, 2012, p. 21).

A memória possibilita a criação de referências no território, esta que “não seria um patrimônio definitivamente construído, estático, morto; ao contrário ela é viva porque nunca está acabada” (MOURA, 2012, p. 26).

Nesse sentido, por meio das visitas de campo e do referencial teórico mencionado elaborou-se um diagrama que aglutina as propostas de análise referentes às interpretações de Lynch (1997) sobre pontos marcantes e de Cullen (1983) sobre visão serial acerca da orla da cidade de Afuá. Durante o percurso foram elencados os principais pontos que destacam-se no referido espaço público, o que resultou no diagrama abaixo.

Figura 68 -Marcos visuais, pontos visuais e visão serial na orla de Afuá-PA.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Além disso, de modo simultâneo aos questionários, duas crianças representaram através de desenhos a construção de seus territórios de referência, relativos à uma apreensão afetiva acerca destes. Ambas com onze anos de idade, Ayla Raissa e Jhuly Abdon cartografaram seus territórios vividos e as referências que possuem no espaço público da orla da cidade de Afuá.

Ayla Raissa, moradora de Afuá, durante as entrevistas descreveu que gosta de ver o rio, o pôr do sol, passear e brincar com os amigos, de ir para as festas folclóricas que acontecem na frente da cidade.

Figura 69 -Ayla (direita) e Jhuly (esquerda) cartografando seus territórios.



Foto: acervo do autor, 2014.

Já Jhuly Abdon, que não mora em Afuá, mas passa todas as suas férias na cidade, relatou que acha divertido ir ver o rio, o movimento das águas, “vendo aquelas águas pra lá e pra cá”. Gosta de interagir com ele, colocando seus pés na água e de frequentar a praça da bandeira.

Figura 70 -Territórios de referência por Ayla Raissa e Jhuly Abdon.

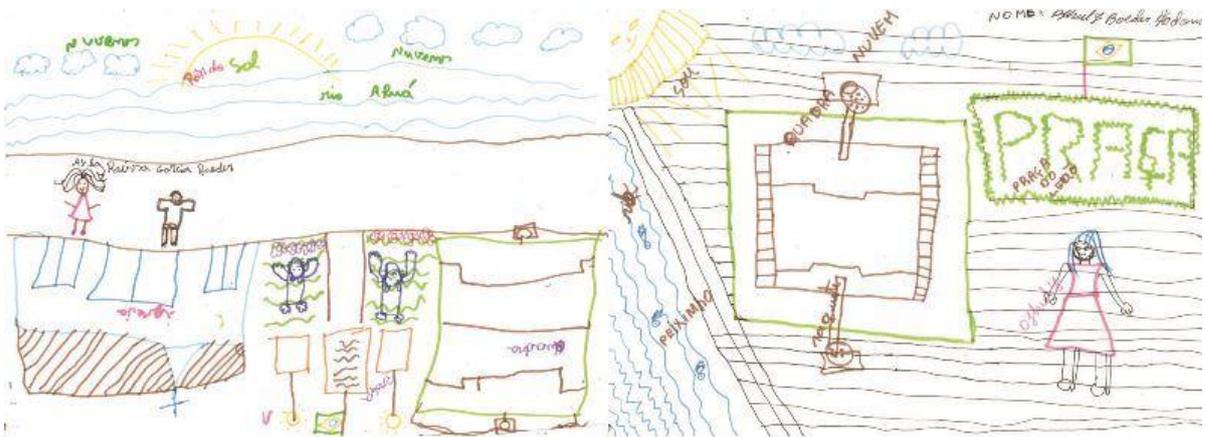


Foto:acervo do autor, 2014.

3.3.1.4. O território sagrado: a simbologia das festividades e lendas

O território numa perspectiva sagrada, remete principalmente às territorialidades oriundas das sacralidades que atribuem traços de identidade a determinado território por meio da religião e da política. Segundo Rosendahl (2009) “o sagrado é perceptível na organização do espaço, não somente pelos impactos desencadeados pelos devotos no lugar, mas, também, pela forma essencialmente integrada entre religião e tempo” (ROSENDAHL, 2009, p.1). Para esta autora, os fenômenos religiosos marcam também o espaço, mesmo que em diferentes

contextos sócio-espaciais, a partir da simbologia de imagens ou outros símbolos com significados religiosos.

Há também nesse contexto, a relação entre sociedade e “território natural”, por meio na manifestação dos mitos, estes que “são resultados de aprendizados sociais e evoluções culturais” (ALLUT *apud* MOURA, 2012), os autores argumentam que os mitos favorecem as relações ecológicas no lugar, por estarem mais próximos da realidade do que da ciência. Já Socorro (2010) salienta que há um enfrentamento da academia elitista em considerar os estudos provenientes das lendas e mitos, em função de se prestigiar com preponderância o erudito.

Em Afuá essas as manifestações do território sagrado se dão principalmente pelas festividades e lendas recorrentes ao longo da orla da cidade. Por meio dos questionários perguntou-se aos moradores da cidades sobre o conhecimento das lendas relacionadas e das festividades com o rio, estes responderam em maioria as conhecerem, citando-as e contando brevemente um pouco de suas histórias.

Figura 71. Representação da Cobra-grande em um festival de Afuá.



Fonte: <http://www.prefeituradeafua.com.br/>, 2014.

Em se tratando das lendas, a mais citada é do Boto que deu nome para a cidade, de acordo com os entrevistados, há muito tempo atrás não se sabia qual nome dar à cidade, então, nesse momento, um boto veio a superfície do rio, e por seu espiráculo causou um ruído “fuá”, a partir de então, a cidade começou a se chamar Afuá. Outra lenda tange à Cobra-grande, segundo os habitantes entrevistados, existe uma grande cobra que se esconde embaixo da Igreja Matriz e, caso a imagem de Maria fosse retirada de seu local, a cobra sairia e sucumbiria a cidade nas águas.

Com relação às festividades, a mais importante em termos religiosos é a Festividade de Nossa Senhora da Conceição, pois é a patrona da cidade. É realizada no mês de novembro e acontece por meio do círio terrestre (em que há a caminhada com a imagem aos longo das ruas da cidade), pelo círio fluvial (várias embarcações são ornamentadas para saudar a referida santa) e pelo círio aéreo, o passeio sobre a cidade.

Figura 72. Círio fluvial de Nossa Senhora da Conceição em Afuá.



Fonte: <http://missaomarajoafua.blogspot.com.br/>, 2014.

Outra festa muito importante é o Festival do Camarão, realizada em função de um dos produtos mais característicos da economia afuaense, o camarão. Reúne em quatro dias, atrações folclóricas e bandas musicais, que promovem a interação da população local com muitos turistas que procuram lazer no mês de julho.

Figura 73. Festival do Camarão em Afuá.



Fonte: <http://www.prefeituradeafua.com.br/>, 2014.

4. PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA

“(...) poderá sempre existir um determinado número de projetos cujos objetivos sejam a modificação de certa restrição, seu relaxamento ou mesmo sua eliminação, mas nenhum desses projetos pode, simplesmente por sua natureza própria assegurar que as pessoas terão liberdade automaticamente (...) A liberdade do homem jamais é assegurada pelas instituições e leis que são feitas para garanti-la (...) a liberdade precisa ser praticada.”

(Michel Foucault, entrevista à Revista Skyline, 1982)

Neste capítulo apresenta-se o processo de concepção do projeto de intervenção urbana, baseado no diagnóstico realizado como subsídio para tal intervenção. A seguir serão mostradas as etapas pelas quais se originou a proposta.

4.1. PROGRAMA URBANÍSTICO

Neves (2011) destaca o programa como uma etapa em que os elementos que constituem o projeto são elencados, no sentido de que esses elementos consistem nos espaços em que serão desenvolvidas as funções e atividades propostas no tema.

Nesse sentido, o programa está dividido na seguinte forma:

- Recreação 1 (museu do ribeirão, piscina, balneário/rampa/praias artificiais e mirante/caiaque/canoa) alocados no trecho 1.
- Descanso (esplanada, áreas sombreadas e rua a reconstruir) e Recreação 2 (playground, área de ginástica, anfiteatro/cinema e pista de skate) sediados no trecho 2.
- Comercial (mercado informal, terminal de passageiros), Contemplação (trilha Cobra-grande, borboletário e restituição vegetal) localizados no trecho 3.
- Contemplação (praça da Igreja) e Comercial (mercado do pescado e açaí) e restituição da cobertura vegetal correspondentes ao trecho 4.

Além disso, existe um elemento de ligação composto pelo passeio de pedestres que percorre do trecho 2 ao 4.

4.2. PLANO CONCEITUAL

Para Ceniuel e Figueiredo (2008) o plano conceitual corresponde ao zoneamento gráfico das áreas propostas pelo programa. Nesta etapa, realizou-se um esquema de plano conceitual com as zonas correspondentes ao programa para a orla da cidade de Afuá.

ÁREAS	ÁREA (m ²)
Recreação 1	
piscina	320
balneário/rampa/praias artificiais	810
mirante/caiaque/canoa	240
Descanço	
esplanada	180
áreas sombreadas	550
Recreação 2	
Playground	310
área de ginástica	200
anfiteatro/cinema	310
pista de skate	170
Comercial	
mercado informal	550
Contemplação	
trilha Cobra-grande	230
Praça da Igreja	350
Elemento de Ligação	
passeio pedestre	1125
rua a reconstruir	345
Restituição vegetal	
cobertura vegetal	1510
Arquiteturas	
museu do ribeirão	385
terminal de passageiros	1750
borboletário	210
mercado do pescado e açai	1170
TOTAL	10.715 m²

Fonte: acervo do autor, 2014.

4.4. PARTIDO URBANÍSTICO

Conforme Neves (2011) o partido constitui-se a etapa preliminar ao projeto, sendo, portanto, ilustrado através de uma linguagem simples, mas que permita a representação gráfica das ideias sem um aprofundamento minucioso. Nessa conjuntura, realizou a proposta de partido urbanístico com as áreas mais definidas que no plano conceitual.

Figura 75 - Partido da orla de Afuá.

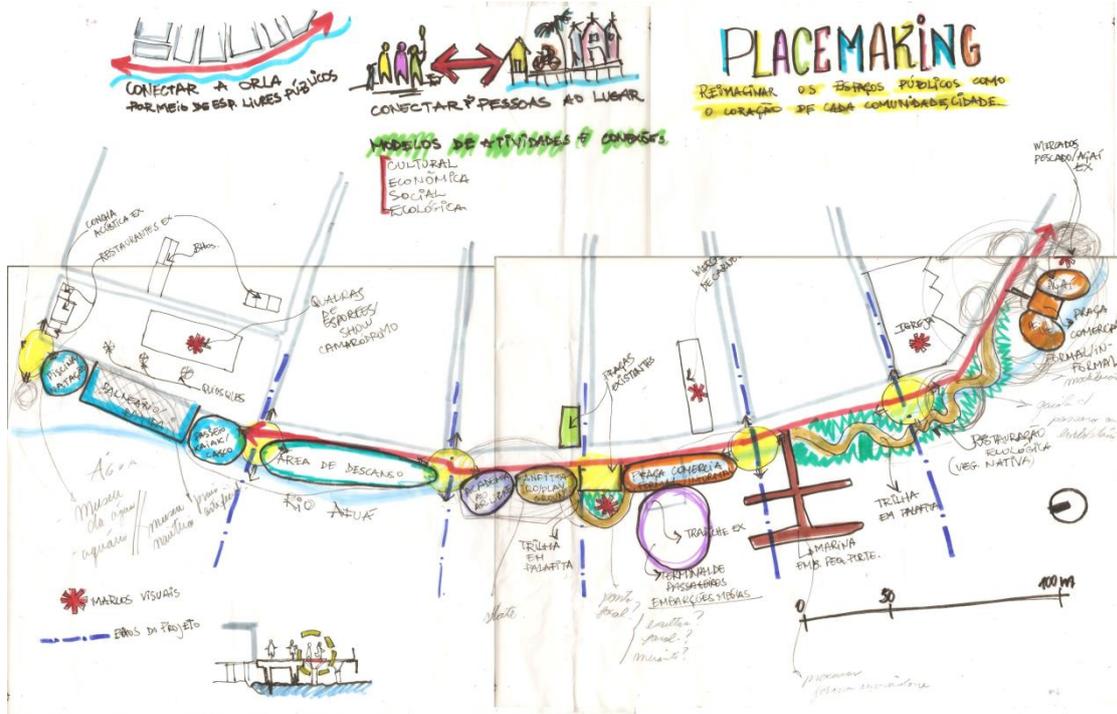


Foto: acervo do autor, 2014.

As ideias dominantes do partido, consistiram na conexão da orla por meio de espaços livres públicos, a fim propiciar a conexão entre pessoas e lugares através da apropriação do espaço público. Essa conexão dos trechos se deu mediante a criação de um passeio para pedestres que se estende desde o início do trecho 2 até o final do trecho 4. Essa proposta tange aos princípios de movimento norte-americano em prol dos espaços públicos denominado de “Placemaking” que tem como preceito a reimaginação dos espaços públicos como o coração da cidade.

Figura 76 - Croqui do partido do museu do ribeirinho.



Foto: acervo do autor, 2014.

Com relação à arquitetura, os equipamentos urbanos foram projetados em forma de croquis do referido espaço público, tais como, o museu ribeirinho, o terminal de passageiros, o borboletário e o mercado de pescado e açai. Vale ressaltar, que a linguagem arquitetura destes equipamentos se baseia em formas circulares em função de representarem um ciclo, tal como o das marés.

O museu do ribeirinho conta com uma ponte de acesso que o interliga à rua, além de um pátio central, um bloco de serviços (banheiros, lanchonete, etc.) e um bloco principal destinado para a função de exposição, além de um trapiche para atracar as embarcações destinadas ao passeio pelo rio.

Figura 77 - Croqui do partido do terminal de passageiros.

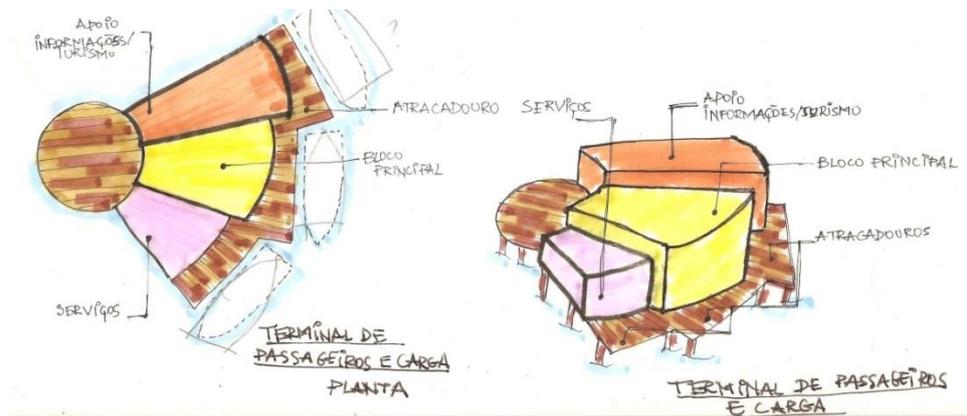


Foto: acervo do autor, 2014.

O partido do terminal de passageiros se dá com o projeto de três blocos, o primeiro consiste no bloco principal destinado ao embarque e desembarque de passageiros, o segundo, ao bloco de serviços e o terceiro como bloco de apoio, ao qual também sediará funções relacionadas ao turismo e hotelaria. O terminal também conta com um pátio principal e atracadouros.

Figura 78 - Croqui do partido do borboletário.

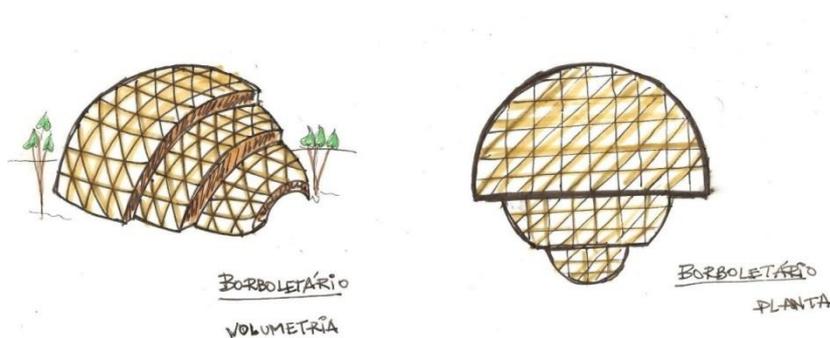


Foto: acervo do autor, 2014.

Com relação ao borboletário, optou-se por uma forma baseada na secção e sobreposição de volumes esféricos, bem como os materiais deste consistem em estrutura mista de bambú, metal e vidro utilizado como proteção das intempéries, intercalando-o com o fechamento de aberturas com o emprego de bambú.

Figura 79 - Croqui do partido mercado de pescado e açai.

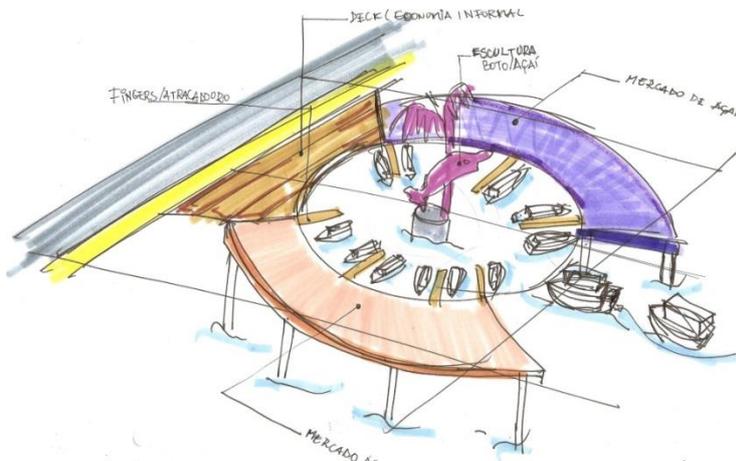


Foto: acervo do autor, 2014.

No que tange ao mercado de pescado e açai, adotou o partido de interligar os referidos mercados a fim de promover seu desenvolvimento conjunto, diferente da proposta existente na cidade, em que são separados, assim como, a incorporação do uso de restaurante regional para ambos. Além disso, se preveu atradouros para os fornecedores ribeirinhos atracarem suas embarcações.

Figura 80 - Croqui do da piscina, balneário e mirante.

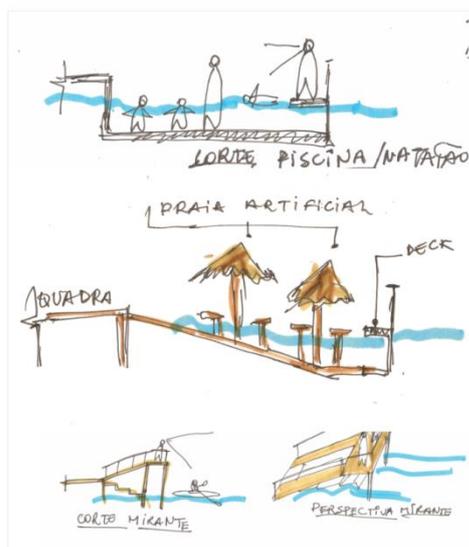


Foto: acervo do autor, 2014.

No trecho realizaram-se propostas dos equipamentos relacionados diretamente com a água, dentre os quais, destacam-se a piscina, o balneário/praias artificiais e mirante com apoio para prática de esportes de caiaque e canoa.

Além disso, foram feitos croquis de alguns mobiliários urbanos como pergolados. O primeiro é o pergolado matapí, baseado no instrumento de pesca de camarão dos ribeirinhos, constituído em pérgolas de bambú, com apoio metálico. Já o segundo, é o pergolado salsa-brava, inspirado na forma de uma planta trepadeira nativa (*Ipomoea asarifolia*) muito presente na região da Ilha do Marajó. Sua estrutura foi projetada para ser constituída de bambú, rodeada por um banco circular de madeira e metal.

Figura 81 - Croqui dos pergolados salsa-brava e pergolado matapí.

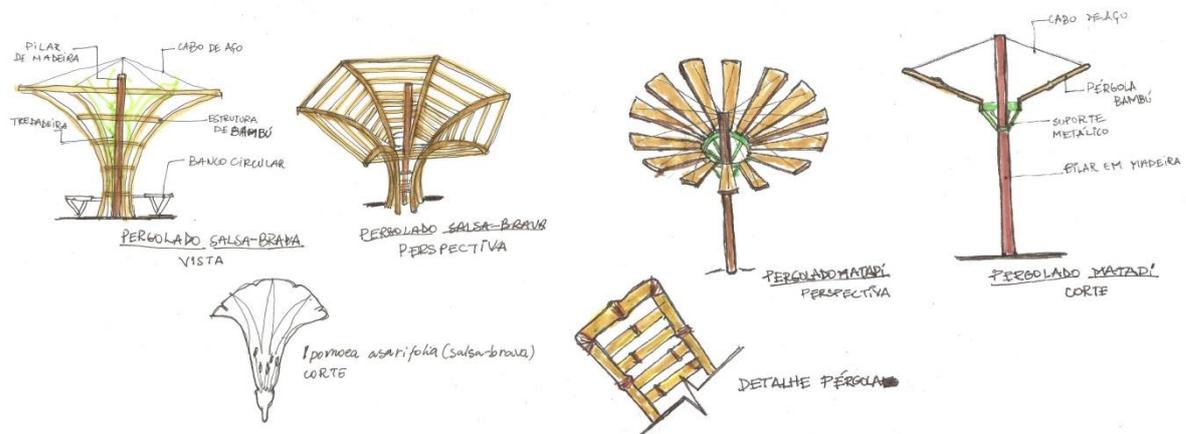


Foto: acervo do autor, 2014.

O último mobiliário é uma espreguiçadeira projetada para ser em madeira e estrutura metálica para posteriormente ser alocada juntamente ao pergolado matapí.

Figura 82 - Croqui da espreguiçadeira.

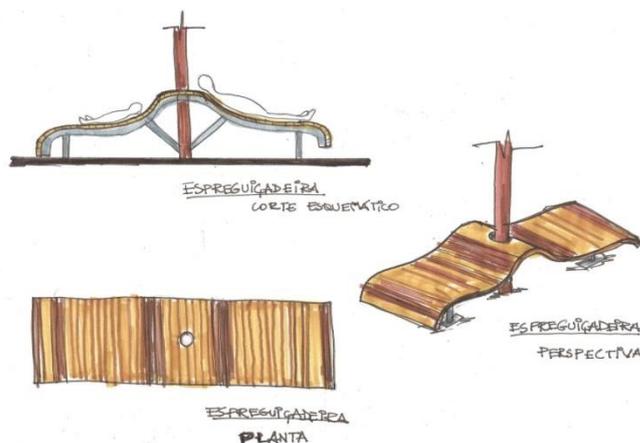
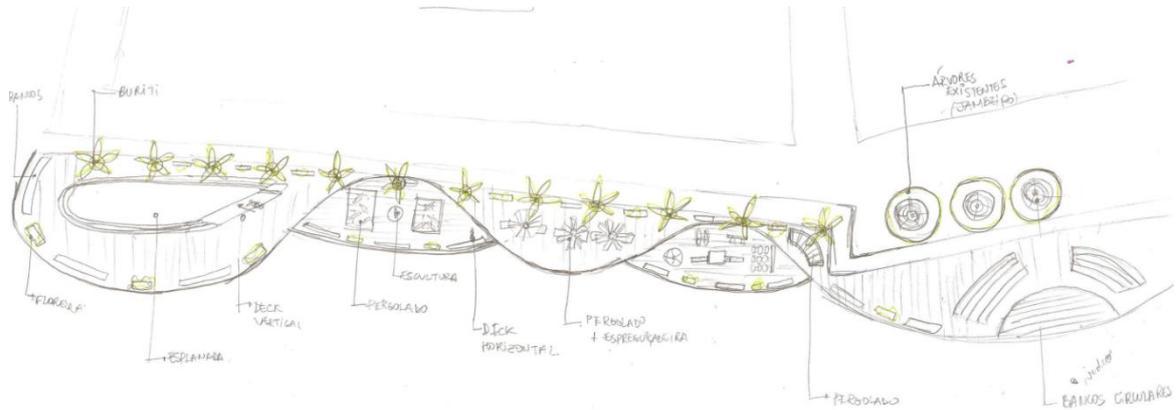


Foto: acervo do autor, 2014.

4.5. ESTUDO PRELIMINAR

Para Neves (2011) o estudo preliminar consiste em uma etapa posterior ao partido, responsável pelos ajustes de ideias, dentre os quais permitem a sincronização dos ajustes bidimensionais com alguns ajustes tridimensionais. Em função disso realizaram propostas que definem a forma e função do projeto de intervenção urbana.

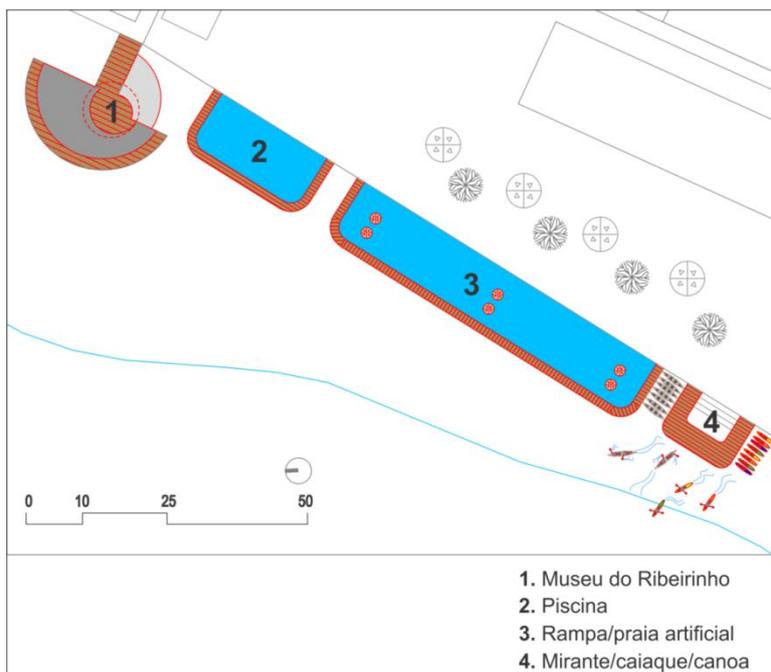
Figura 83 - Croqui do estudo preliminar do trecho 2.



Fonte: do autor, 2014.

A seguir mostra-se o estudo preliminar mais elaborado com os equipamentos e soluções adotadas ao trechos do projeto.

Figura 84 - Estudo preliminar do trecho 1.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

No trecho 1, mostra a implantação do museu do ribeirão, da piscina, do balneário e do mirante, optou-se pelo emprego da madeira em grande parte destes equipamentos. A piscina foi projetada para ter uma altura útil máxima de um metro, a rampa possui quiosques que permitem o sombreamento de áreas pontuais, enquanto o mirante subsidia os usos de esporte náutico relacionado ao caiaque e canoa.

Já no trecho 2, optou-se pelo emprego de formas sinuosas a fim de relacionar o espaço com a forma dos rios amazônicos. As funções são destacadas na figura seguinte. Como solução de arborização empregou-se o buriti (*Mauritia flexuosa*) e a paginação de piso, se dá por meio da utilização de decks.

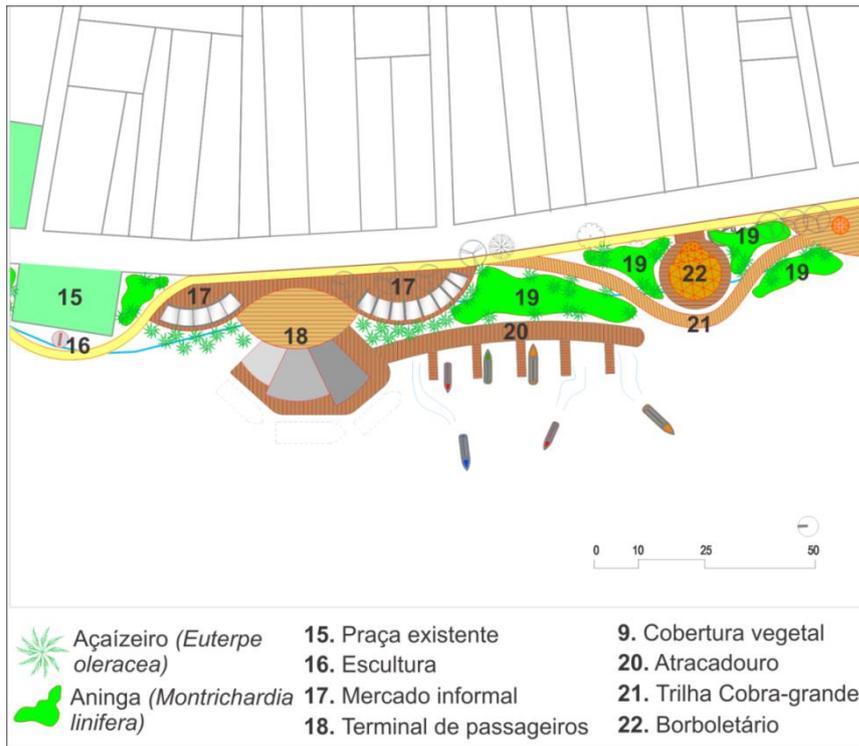
Figura 85 - Estudo preliminar do trecho 2.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

No trecho 3, as soluções adotadas tangem especialmente a destinação de áreas cobertas tensionadas ao comércio informal, a conjugação do terminal de passageiros com o atracadouro de embarcações ribeirinhas, a restituição da cobertura vegetal de várzea por meio do plantio de aningas (*Montrichardia linifera*) e açázeiros (*Euterpe oleracea*), da trilha sinuosa da cobra grande e do borboletário, ao qual, propiciará a soltura de parte das borboletas amazônicas.

Figura 86 - Estudo preliminar do trecho 3.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Já no trecho 4, as propostas tangem a mudança de traçado da praça da Igreja Matriz, a restituição da cobertura vegetal de várzea e contenção da erosão por parte de aningas e açaizeiros, além do mercado de pescado e açai.

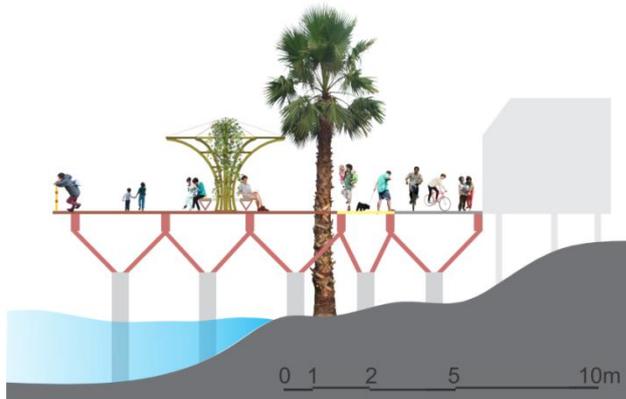
Figura 87 - Estudo preliminar do trecho 4.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Destaca-se o mercado por compartilhar um espaço comum com a economia informal por meio de pátio central com áreas cobertas, o que melhora a interação tanto econômica como socioterritorial entre os frequentadores da feira e os vendedores que trabalham nela. Ressalta-se que os mobiliários como bancos, lixeiras e luminárias não são apresentados nesta etapa em função da escala apresentada.

Figura 88 – Corte esquemático do passeio de pedestre no trecho 2.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

A seguir apresenta-se a implantação geral a nível de estudo preliminar do projeto de intervenção urbana.

Figura 89 - Implantação geral do projeto.



Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática oriunda da territorialização do espaço público de Afuá, recebe devida relevância quando se considera que os modelos de cidades ribeirinhas – cita-se a condição/relação rio-várzea-cidade - constituem-se uma parcela importante das cidades que formam a rede urbana da Amazônia, no sentido de que a compreensão dessa realidade possibilita o conhecimento das relações socioespaciais e das territorialidades da região.

As análises dos territórios mediante a consideração da cultura e do cotidiano permitiram o conhecimento das territorialidades presentes nos espaços públicos de Afuá. As diferentes abordagens percebidas em um mesmo território possibilitam a compreensão da complexidade das relações socioespaciais da cultura ribeirinha de uma cidade da Amazônia Setentrional Brasileira.

A interface desses territórios constitui-se como chave para a apropriação e identificação social, tais quais devem nortear as práticas de planejamento e gestão urbanas, assim como, aos projetos urbanos voltados para a apropriação do espaço público, a fim de que os usuários, atores e/ou agentes sociais neles envolvidos sintam-se identificados e comprometidos com o espaço que os envolve.

Compreender esses processos de apropriação no espaço e território urbanos como fenômenos espaciais inerentes à articulação das relações sociais, tal como na orla de Afuá, permite a leitura da cidade em diferentes escalas que, posteriormente, pode subsidiar intervenções no âmbito de planos, programas e projetos urbanos a fim de qualificar e promover o desenvolvimento urbano das cidades.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Lucia Capanema; VAINER, Carlos Bernardo; QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Conflitos urbanos e espaços livres públicos: construção de uma metodologia para estudos comparativos. In: TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica. (Org.). **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.etern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=ceb89b767d80aea2d746d46f3ee82278&id=43 Acesso em: 07/06/2014.
- ANPUR, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/399>. Acesso em: 15/05/2014.
- ARAGÓN, Luis. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. In: *Revista Contexto Internacional*, 2011, v. 33 (1), 71-102. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n1/v33n1a04.pdf>. Acesso em: 18/05/2014.
- ARENDRT, Hannah. **O que é política?** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142005000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 20/05/2014.
- BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Editora Electa, Barcelona, 2003.
- BRAGA, Milton Liebenritt de Almeida. **Infra-Estrutura e Projeto Urbano**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://www.mmbb.com.br/public/uploads/files/files/1271078061.pdf>. Acesso em: 01/07/2014.
- CALDEIRÓN, Jorge Eduardo Minda. **Os espaços livres públicos e o contexto local: o caso da Praça principal de Pitalito, Huila, Colômbia**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2009. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=97567. Acesso em: 07/06/2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. Edição eletrônica, Labur Edições, São Paulo, 2007.
- CARNEIRO FILHO, Arnaldo; SOUZA, Oswaldo. **Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Atlas.pdf. Acesso em: 20/05/2014.
- CARVALHO, Bianca Moro de. “Lecciones de la floresta: aprendiendo con el ribereño” in *Congreso Nacional de Vivienda*, Universidad Autónoma del México, 2013. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cedrus/descargas/07_Eje%207_Suelo_Urbano_Derecho_Vivienda.pdf. Acesso em: 22/05/2014.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade fazem cidades amazônicas. In: *Cidades da Floresta*, Edna Castro, organizadora, Editora Anablume, São Paulo, 2009.
- CENIQUEL, Mario; FIGUEIREDO, Guilherme. PP1 – Projeto Paisagístico 1: plano de aulas, cronograma, entrega e exercícios. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://nova.fau.ufrj.br/material_didatico/FAU246-Plano-2008-2.pdf. Acesso em 05/08/2014.

- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v.49 (3), p. 39-68, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: http://bib.pucminas.br/arquivos/125000/129800/25_129835.htm. Acesso em: 15/05/2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. Editora Ática, São Paulo, 1989.
- CRUZ SEGUNDO, Eliude Introvini da. **Estudo de energia eólica para a Ilha de Marajó – PA**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2009. Dissertação de Mestrado em Meteorologia. Disponível em: http://sonda.ccst.inpe.br/publicacoes/teses/DISSERTACAO_ELIUDE-INTROVINI.pdf. Acesso em: 12/05/2014.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DELGADO, Manuel. **El animal público**: Hacia una antropología de los espacios urbanos. Editorial Anagrama, Barcelona, 1999.
- DIAS, Mário Benjamin; SILVA, Maria de Jesus Benjamin da. Afuá: Veneza Marajoara, Pará-Brasil. In: *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011, pp. 1-18. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2221>. Acesso em 12/05/2013.
- DIAS, Mário Benjamin; SILVA, Maria de Jesus Benjamin da; RIBEIRO, Ana Georgina Ferreira. Ambiente urbano e condições de vida: afuá cidade sobre as águas. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.eng2012.org.br/lista-de-artigos?download=1012:afua-ambiente-urbano-e-condicoes-de-vida-eng-2012&start=140>. Acesso em: 25/05/2014.
- DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: Lugar, movimientos, vida, redes. Traducción: Eduardo Restrepo. Envió editores. Departamento de Antropología, Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill, 2010.
- FARAH, Ivete; SCHLEE, Monica; TARDIN, Raquel (orgs.). **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. editora Senac. São Paulo, 2010.
- FONTES, Nádia; SHIMBO, Ioshiaqui. Análise de indicadores para gestão e planejamento de espaços livres públicos de lazer: município de Jaboticabal. In: *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2558>. Acesso em: 16/06/2014.
- FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Ramos. **Manual de conforto térmico**. Studio Nobel, 7ª edição, São Paulo, 2006.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: **Olhares geográficos**: Modos de ver e viver o espaço. Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa (orgs.). Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.
- GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades**: ruptura e reconciliação. Editora Senac, São Paulo, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4ª edição. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2009.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Editora Annablume, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Amapá. 2000. Disponível em: www.igbe.gov.br/cidades. Acesso em: 22/07/2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Amapá. 2010. Disponível em: www.igbe.gov.br/cidades. Acesso em: 22/07/2014.

- KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter. **Dimensões morfológicas dos lugares: dimensão Topoceptiva**. Brasília, março de 2005. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~cec/arquivos/referencias/Texto%20Maria%20Elaine.doc>. Acesso em: 10/05/2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Freitas. Editora Centauro, 2001.
- LOMBA, Roni Mayer; NOBRE-JÚNIOR, Benedito Baliero. “A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA)” in *Revista franco-brasileira de geografia*. Número 18, 2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8405?lang=pt>. Acesso em: 21/05/2014.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MEIRELLES Filho, João. **O livro de Ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**. Ediouro, Rio de Janeiro, 2004.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto orla: fundamentos para gestão integrada**. Brasília, 2006.
- MOREIRA, Terezinha. **A Infra-Estrutura Urbana**. Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial12.pdf. Acesso em: 18/05/2014.
- MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Águas da Coréia: uma viagem ao centro do mundo em uma perspectiva etnoceanográfica**. 1. ed. Recife: NUPEEA, 2012.
- NEVES, Laert Pedreira. **Adoção do Partido na Arquitetura**. 3ª Edição. Editora Edufba, 2011.
- OLIVEIRA, José Aldemir. **A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira**. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciência Sociais*. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2004. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/.../JoseAldemirdeOliveira.pdf. Acesso em: 21/05/2014.
- OTCA; GEF; PNUMA. **Projeto gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços na bacia do rio Amazonas, considerando a variabilidade e mudança climática**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: http://otca.info/gef/uploads/documento/1c0dd-REP_Ativ-I.1.1_Produto01.pdf. Acesso em: 10/05/2014.
- PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Tradução: Francisco Leitão. Revisão técnica: Sylvia Ficher. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- PINTO, Ana Júlia. **Espaço público : contributos para a coesão territorial do espaço urbano**. In: *Revista On the w@terfront*, N. 29, Barcelona, 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/454275/Espaco_Publico_e_Coesao_Territorial_-_O_Caso_da_Rambla_de_La_Mina_. Acesso em: 07/06/2014.
- POLITECHNIKA KRAKOWSKA. **Exploring the Public City: reanimating the post-war city**. Faculty of Architecture, Cracow, 2006. Disponível em: <http://Publicaciones.Ua.Es/Filespubli/Pdf/3843478dos.Pdf>. Acesso em: 05/07/2014.
- PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais-1943 -2000**. 2ª ed. Edição do Autor, Macapá, Amapá, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. **Immagini e identità territoriali**. In: DEMATTEIS, Giuseppe; FERLAINO, Fiorenzo. **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, 2003. p.3-11. Disponível em: [http://db.formez.it/fontinor.nsf/27ae256abf1f3a30c1256b04004137b0/CDDF910CBE6AF8B BC1256F12002F4105/\\$file/Il%20mondo%20e%20i%20luoghi%20-%20geografie%20delle%20identita%20e%20del%20cambiamento.pdf](http://db.formez.it/fontinor.nsf/27ae256abf1f3a30c1256b04004137b0/CDDF910CBE6AF8B BC1256F12002F4105/$file/Il%20mondo%20e%20i%20luoghi%20-%20geografie%20delle%20identita%20e%20del%20cambiamento.pdf).

Acesso em: 13/05/2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França Editora Ática, São Paulo, 1993.

RAMALHO, Antônio Leite. **Urbanismo – Retratos Urbanos**. 1ª Edição. Editora Caleidoscópico, Póvoa do Varzim, 2004.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Senado Federal, Brasília, Conselho Editorial, 2001.

RIBEIRO, Manuela Souza; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. A regularidade dos padrões urbanos: a Sintaxe Espacial como estratégia para leitura de Olinda e Brasília. In : *Revista Oculum Ensaios*, nº 16, Campinas, p.124-137, Julho/Dezembro, 2012. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/download/1456/1430>. Acesso em: 13/05/2014.

ROCHA, Vera Lúcia da; FORESTI, Celina. O uso do solo urbano e os problemas ambientais da cidade de Iguape-SP. In : *Anais IX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Santos, Brasil, 11-18 setembro 1998, INPE, p. 907-910. Disponível em: http://marte.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/deise/1999/02.10.15.48/doc/13_89p.pdf. Acesso em: 12/05/2014.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Desenho urbano: cabeça, campo e prancheta**. São Paulo, Editora Projeto, 1986.

ROJAS, Sonia Marcela Galeano. **Formas sociales y racionalidades alternas em la ordenación del espacio público: experiencias urbanas de comercio informal en Bogotá**. Universidad Nacional de Colombia, Medellín, 2010. Tesis de Magíster en Estudios Urbano-Regionales. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/1866/2/53106373.20102.pdf>. Acesso em: 12/05/2014.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, simbolismo e religião: resenha do simpósio temático. In: *Anais do II Encontro Nacional do GT história das religiões e das religiosidades*. Volume 1, Número 3, Maringá, Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 05/07/2014.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: Its theory and history**. Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Editora EDUFF, São Paulo, 1988.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, São Paulo, 2012. (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/handle/unesp/101428>. Acesso em: 12/05/2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª edição. Editora Edusp, São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Editora Hucitec, São Paulo, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª Edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, nº31, vol.1, 2009. Disponível em: <http://agbpb.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf>. Acesso em: 06/06/2014.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução: Marcos Aarão Reis. 3ª Edição. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.

SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade Contemporânea. Editora contexto, São Paulo, 2007.

SOCORRO, Maria do. Lendas e mitos da Amazônia. In: *Revista Litteris Literatura*, Número 5, 2010. Disponível em:

http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/lendasemito_sMariadosocorro.pdf. Acesso em: 05/07/2014.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro, SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da, AMARAL, Márcio Douglas Brito. “Das ‘janelas’ às ‘portas’ para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia”. In: Saint-Clair Cordeiro Trindade Jr, Maria Goretti da Costa Tavares (orgs.), **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008, p. 27-48.

TRINDADE JR, Saint Clair. Cidades médias na amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da*

VARGAS, Heliana Comin. Comércio, Espaço Público e Cidadania. In: *I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba, São Paulo, 2002. Disponível em:

http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2002_vargas_comercioespacocid.pdf. Acesso em: 05/07/2014.

WEBGRAFIA

<http://www.archdaily.com/?p=82208>. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.archdaily.com/61529/benidorm-seafront-oab>. Acesso em: 23/07/2014.

<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/132/urbanismo-22699-1.aspx>. Acesso em: 26/07/2014.

http://www.cidade.jundiai.sp.gov.br/pmjsite/portal.nsf/V03.02/smde_turismo_atracoes_parques?OpenDocument. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.comunidade.maiscomunidade.com/>. Acesso em: 23/07/2014.

<http://www.comunidad.uem.es/>. Acesso em: 21/07/2014.

<http://www.conder.ba.gov.br>. Acesso em: 26/07/2014.

<http://www.estruturas.arq.br/projetos/mercadomunicipal.html>. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.folhadopara.com/2013/03/belempa-ver-o-peso-faz-386-anos-de-cor.html>. Acesso em: 25/07/2014.

http://maravilhasdacapital.blogspot.com.br/2011_07_01_archive.html. Acesso em: 23/07/2014.

<http://www.jardineiro.net/>. Acesso em: 09/07/2014.

<http://www.mangaldasgarcas.com.br>. Acesso em: 26/07/2014.

<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=ABAETE&p=PARQUES>. Acesso em: 23/07/2014.

<http://missaomarajoafua.blogspot.com.br/2011/11/cirio-fluvial-e-aereo-da-festa-de-nossa.html>. Acesso em: 09/07/2014.

<http://www.nosnomundo.com.br/2013/04/calçada-da-asa-norte-caiaque-no-lago-paranoa/>. Acesso em: 23/07/2014.

<http://www.parachaves.blogspot.com>. Acesso em: 01/07/2014.

<http://www.parquedacidade.jundiai.sp.gov.br/>. Acesso em: 26/07/2014.

<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/orla-de-boa-vista-sera-restaurada-com-aporte-de-r-19-milhoes/>. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.pps.org/>. Acesso em 09/07/2014.

<http://www.thegreenclub.com.br/urbanismo/ver-o-peso-em-belem-do-para-384-anos-de-historia-e-transformacao-urbana/>. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.turroraima.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.ufrgs.br/arroiodiluvio/a-bacia-hidrografica/imagens-de-seul>. Acesso em: 25/07/2014.

http://www.unucet.ueg.br/biblioteca/arquivos/monografias/Capitulo_3__Referencias_Projetuais_TFG2.pdf. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.visao.sapo.pt/perdidos-na-amazonia-15=f776961>. Acesso em: 26/07/2014.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/07.028/3299?page=5>. Acesso em: 26/07/2014.

APÊNDICE A -Entrevista – reconhecimento do espaço público – orla de afuá

ENTREVISTA – RECONHECIMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO – ORLA DE AFUÁ

Para o preenchimento do seguinte questionário, entenda "espaço público urbano" como o espaço exterior de acesso livre e de uso coletivo em área urbana, correspondente às ruas, praças, espaços verdes, margens fluviais e marítimas e outros espaços não pertencentes ao domínio privado.

1. Questões Pessoais

Entrevistado: _____

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Local de residência: _____ Bairro: _____

Profissão: _____

2. Reconhecimento da área:

Considere um trecho da orla que lhe seja familiar (indicar no mapa)

2.1. Visita a área com que frequência?

- () Diariamente
 () Semanalmente
 () 1 a 2 vezes por mês
 () 1 a 6 vezes por ano
 () Pelo menos 1 vez por ano

2.2. Visita o local a que hora do dia?

- () 00h-06h () 06h-12h () 12h-18h () 18h-00h () Várias horas do dia

2.3. Visitaria de forma mais frequente, se lhe fosse possível?

- () Sim
 () Não

3. Experiência do Local:

3.1. Qual os motivos de frequentar a área?

3.2. Indique, se se existirem, atividades na área que tenha visto/vivenciado e que não são comuns no dia-a-dia.

3.3. Você se sente seguro na área na área?

- () Sim
 () Não

Nome: _____

4. Opinião Pessoal:

4.1. De que gosta mais na área?

4.2. De que você gosta menos?

4.3. Que mudanças você faria na área?

4.4. Qual a importância da área para você?

4.5. Qual a importância da área para a cidade?

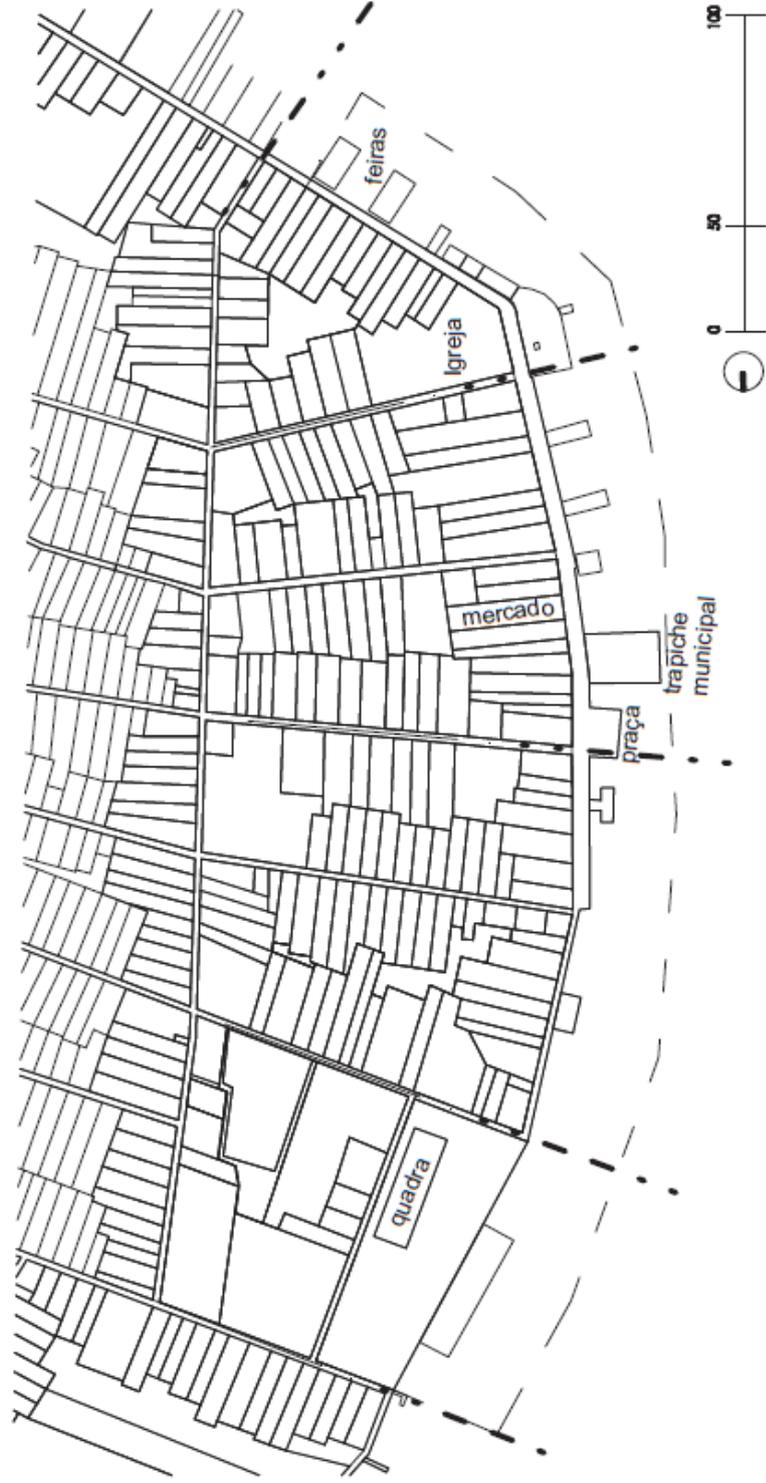
4.6. Na sua opinião, qual ou quais elemento (s) simbolizam a cidade de Afuá?

4.7. Existem contos populares ou lendas ligadas com o rio?

APÊNDICE B–Mapa de apropriação do espaço público

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DA CIDADE RIBEIRINHA DE AFUÁ-PA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA PARA A ORLA
MAPA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Entrevistado: _____



esc. 1:100

ANEXO A–Base cartográfica de Afuá

